



Universidade Federal de Juiz de Fora

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SEGUNDO CICLO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**JUIZ DE FORA/MG
2012**

Administração Universitária

Reitor

Prof. Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. José Luiz Rezende Pereira

Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Eduardo Salomão Condé

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa

Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Profa. Dra. Elizabeth de Paula Pissolato

Comissão de Redação do Projeto Pedagógico:

Profa. Dra. Beatriz Basto Teixeira

Profa. Dra. Elizabeth de Paula Pissolato

Prof. Dr. Fernando Tavares

Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos

Profa. Dra. Marcella Beraldo de Oliveira

Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO: O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF	6
2 – BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	10
2.1. A Lei de Diretrizes e Bases	10
2.2. A Resolução CNE/CES nº. 17/2002.	10
3 – PERFIL DO CURSO	10
3.1. Justificativa da oferta do Curso	10
3.2. Formas de acesso ao Curso	11
3.3. Carga horária total do Curso	14
3.4. Período de Integralização	15
4 – PERFIL DO EGRESSO/FORMANDO	15
4.1. Competências e Habilidades	16
A) Competências Gerais:	16
B) Competências Específicas para licenciatura:	17
5 – ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	17
5.1. Coordenação do Curso	17
5.2. Atuação do Coordenador	17
5.3. Núcleo Docente Estruturante	18
5.4. Dedicção do Coordenador à administração e condução do Curso	18
5.5. Departamento de Ciências Sociais	18
5.5. Organização Acadêmico-administrativa	19
6 – ESTRUTURA CURRICULAR DO BACHARELADO	21
6.1. Organização por eixos de Formação	21
A – Eixo de Formação Específica:	21
B – Eixo de Formação Complementar:	23
C – Eixo de Formação Livre:	23
D – Eixo de Disciplinas Obrigatórias de Conclusão de Curso:	23
6.2. Periodização do Bacharelado	24
6.3. Grade curricular – BACHARELADO	25
6.4. Trabalho de Conclusão de Curso	25
7 – ESTRUTURA CURRICULAR DA LICENCIATURA	26
7.1. Organização por eixos de Formação	26
7.1.1. E- Eixo de formação Específica	27
7.1.2. F - Eixo de Formação Pedagógica	28
7.1.3. Estágio Supervisionado Obrigatório - Licenciatura	28
7.1.4. Prática Profissional Licenciatura	28
7.1.5. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.	29
7.2. Periodização da licenciatura	29
7.3. Grade curricular – LICENCIATURA	30
8 – ESTÁGIO CURRICULAR	30
8.1. Regulamentação do estágio na UFJF	30
8.2. Estágio Curricular no Curso de Ciências Sociais	31

8.3. Atividades Complementares	33
Bacharelado:	33
Licenciatura:	33
9 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO	36
9.1. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	36
9.2. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	38
10 – DOCENTES DO CURSO	39
11 – INSTALAÇÕES.	40
11.1. Salas de aula	40
11.2. Laboratórios	40
11.3. Biblioteca	40
12 – POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	40
13 – POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE	42
14 – A DISCIPLINA “LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS”	43
15 – EMENTÁRIO	45
TEORIAS ANTROPOLÓGICAS I	45
TEORIAS ANTROPOLÓGICAS II	46
ANTROPOLOGIA BRASILEIRA	47
MÉTODO ETNOGRÁFICO	48
TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA	50
ETNOLOGIA INDÍGENA	51
ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS	52
ANTROPOLOGIA URBANA	53
ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE	55
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO	56
PESSOA, INDIVÍDUO E MODERNIDADE	57
GÊNERO E SEXUALIDADE	58
TEMAS DE ANTROPOLOGIA GERAL	60
ANTROPOLOGIA E PROCESSOS EDUCATIVOS	61
TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO	62
TEORIAS DA SOCIALIZAÇÃO	64
CULTURA, IDEOLOGIA E MODERNIDADE	65
SOCIOLOGIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	66
METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIOLÓGICA	67
SOCIOLOGIA E ECONOMIA: DIÁLOGOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	68
SOCIOLOGIA URBANA: CIDADE E POLÍTICAS URBANAS	69
SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	71

AÇÃO, SUJEITO, INSTITUIÇÕES E MUDANÇAS SOCIAIS	72
ESTRATIFICAÇÃO, PODER E DESIGUALDADE	73
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	74
SOCIOLOGIA E SOCIEDADE BRASILEIRA	76
TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA	78
TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	79
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO II	81
PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	83
POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE	85
METODOLOGIA APLICADA À CIÊNCIA POLÍTICA	86
TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I	88
TEORIA POLÍTICA GREGA E MEDIEVAL	89
INSTRUMENTOS PARA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	91

1 – INTRODUÇÃO: O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

O Curso de Ciências Sociais da UFJF, proposto em 1946, teve início efetivo em 1947, por meio do Decreto Federal nº. 23.939, de 27 de outubro de 1947, que autorizou o funcionamento dos Cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora. Trata-se, portanto, de um dos cursos de Ciências Sociais mais antigos do país. Possui características históricas particulares: foi criado pela iniciativa de um grupo de intelectuais católicos, fundadores da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora pela Lei Federal nº. 5.060 de 1º de julho de 1966, atendendo com atraso de três anos o previsto no artigo 10 da Lei 3.858/1960 que criou a referida Universidade); e, destoando da maioria dos cursos de Ciências Sociais existentes no país, não estava situado num grande centro nem vinculado a Faculdades de Direito ou Economia.

Sua primeira turma de professores era praticamente autodidata em Ciências Sociais, sem formação acadêmica. A partir da segunda turma, impulsionou-se a construção de trajetórias acadêmicas institucionalizadas. As gerações posteriores mantiveram ativas a docência e a pesquisa. Há registros, inclusive, de várias iniciativas da sociedade civil, a exemplo do Centro de Estudos Sociológicos de Juiz de Fora, entidade que até os anos 70 promovia pesquisas sobre a cultura popular mineira e brasileira, e sobre temas específicos da sociedade juizforana, como a industrialização e o mundo do trabalho.

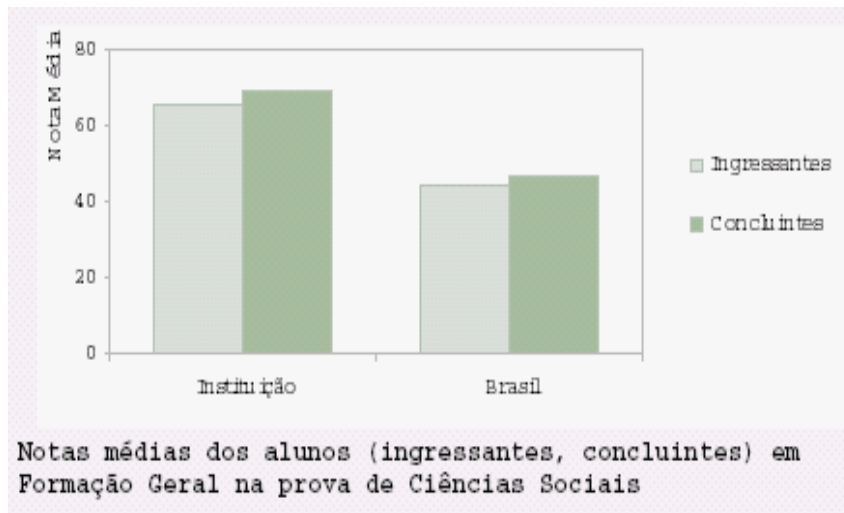
Com a redemocratização do país, ao final dos anos 80, o Curso de Ciências Sociais da UFJF passou a interagir de modo mais incisivo com importantes programas de pós-graduações *stricto sensu*, sobretudo os mestrados da UFMG, do IUPERJ e da USP, tanto através da capacitação de docentes quanto pelo contínuo fluxo de estudantes que lá cursaram a pós-graduação. No início dos anos 90, ocorreu uma gradual substituição de professores aposentados por uma nova geração docente qualificada em mestrados nas respectivas áreas disciplinares. Em grande medida, as reformas curriculares realizadas até 1996 consolidaram o modelo vigente até o momento atual.

Até o ano de 1992, o Curso funcionava em dois turnos, diurno e noturno, com entrada semestral de novos alunos. Em 1993, o Curso de Ciências Sociais tornou-se exclusivamente noturno, com ingresso anual. De certo modo, o único turno permitiu uma melhor capacitação do corpo docente do Departamento de Ciências Sociais, e logo a ampla maioria dos seus professores veio a concluir seu doutoramento. Posteriormente, foi possível a elaboração e implementação de um projeto de mestrado no ano de 2005, que o Departamento de Ciências Sociais credenciou junto a CAPES. Em 2006, foi então criado o curso doutorado, credenciado na CAPES com nota 4 (quatro). Destas iniciativas, ressalta-se o impacto positivo das atividades da pós-graduação nas atividades da graduação, por meio da realização de encontros de discussão, minicursos, palestras e seminários.

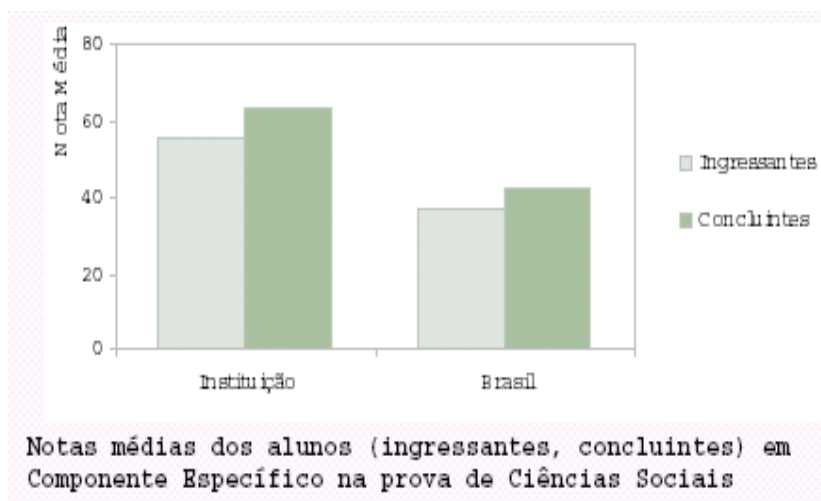
No mesmo sentido, o Centro de Pesquisas Sociais, órgão suplementar de pesquisa da Reitoria, sob a coordenação de professores do Departamento de Ciências Sociais, tornou-se uma instância de mobilização para inúmeras carreiras de pesquisa em Ciências Sociais na UFJF: além de considerável infraestrutura que o ampara na realização de pesquisas de grande porte, constitui-se num espaço de formação continuada para os acadêmicos do Curso.

Avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, o Curso de Ciências Sociais obteve Conceito Enade 5 e IDD 4 em 2005 e Conceito Enade 4 e IDD 3 em 2008. As notas do Curso mantiveram-se acima da média nacional, conforme se pode observar consultando os “Relatórios de Curso” dessas edições do Exame:

ENADE 2005

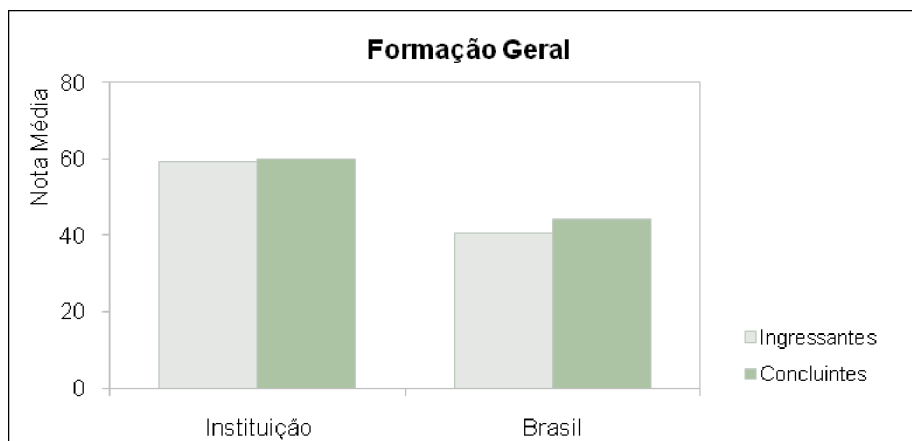


Fonte: Inep/MEC. "Enade 2005 - Relatório de Curso: Ciências Sociais/UFJF."

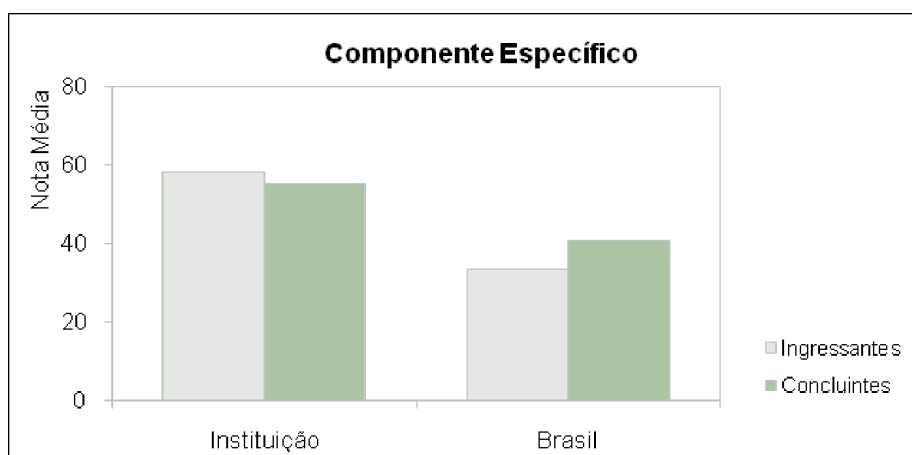


Fonte: Inep/MEC. "Enade 2005 - Relatório de Curso: Ciências Sociais/UFJF."

ENADE 2008



Fonte: Inep/MEC. "Enade 2008 - Relatório de Curso: Ciências Sociais/UFJF."



Fonte: Inep/MEC. "Enade 2008 - Relatório de Curso: Ciências Sociais/UFJF."

Cabe destacar que, em 2008, no caso dos ingressantes do Curso, obtiveram a maior média nacional em componente específico, de 58,29, no Enade 2008. Como o Curso, até então, dispunha de uma entrada anual e que o Enade ocorre no segundo semestre, todos os ingressantes já estavam cursando o 2º período letivo do Curso quando da realização do Exame.

Em cumprimento ao novo modelo normatizado pelo CNE, em 2005, o projeto das licenciaturas passou por um gradual processo de implementação na UFJF. A licenciatura integra-se ao presente projeto como parte do segundo ciclo, uma vez que a formação do professor de sociologia para o ensino médio constitui uma tarefa de especialização em relação ao ciclo aberto do Bacharelado em Humanidades.

Com a adesão da graduação em Ciências Sociais ao novo modelo, adotado pela UFJF, também no âmbito do Reuni, de renovação da arquitetura curricular das universidades brasileiras, o Curso passou a ter entrada indireta, sendo oferecido apenas como Segundo Ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

O BI foi concebido como um Curso que promove formação generalista na área de Ciências Humanas e é integralizado em cinco semestres, findos os quais os alunos podem, mediante avaliação do seu índice de rendimento acadêmico, ingressar em um dos Cursos do Segundo Ciclo: Filosofia, Turismo, Ciência da Religião ou Ciências Sociais. O Segundo Ciclo tem duração esperada de cinco semestres. Caso o aluno opte pelo Curso de Ciências Sociais, ao término do Ciclo receberá os títulos de bacharel e de licenciado em Ciências Sociais.

O ingresso direto ao Curso de Ciências Sociais foi interrompido em 2010, em virtude da adesão à estrutura do Bacharelado Interdisciplinar. A partir de agora, o candidato que deseja a graduação em Ciências Sociais deve concorrer a vagas destinadas ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e, posteriormente, optar pela habilitação em Ciências Sociais. Cabe ressaltar que no Edital dos Programas de Ingresso 2011 da UFJF foram oferecidas 267 vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, sendo 90 dessas destinadas às Ciências Sociais, depois da conclusão dos requisitos de Primeiro Ciclo.

Nestes termos, o presente Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, elaborado pelo Departamento de Ciências Sociais, corresponde à habilitação de Segundo Ciclo.

2 – BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2.1. A Lei de Diretrizes e Bases

O presente Projeto Político Pedagógico enquadra-se na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996, que *“estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”* com atenção especial para o artigo 43 (finalidades da Educação Superior), balizador das ações empreendidas no Curso.

2.2. A Resolução CNE/CES nº. 17/2002.

Outro dispositivo que norteia este Projeto Político Pedagógico é a Resolução CNE/CES nº. 17/2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os Cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia e dispõe sobre:

- Orientações para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;
- Conteúdo do Projeto Pedagógico do Curso;
- Carga horária do Curso, remetendo às Resoluções próprias do

Bacharelado e Licenciatura, quais sejam, Resolução CNE/CES nº. 2/2007 e Resolução CNE/CP nº. 2/2002, respectivamente.

3 – PERFIL DO CURSO

3.1. Justificativa da oferta do Curso

O tipo de saber envolvido nas Ciências Sociais possibilita um amplo campo de desenvolvimento de instrumentos conceituais aplicáveis à interpretação e intervenção na realidade social. Nesse sentido, permite articular criticamente três paradigmas do saber social (Ciência Política, Antropologia e Sociologia), com vistas não apenas ao seu aprofundamento teórico, mas, sobretudo, à experiência de implementar pesquisas e ações que possam ter resultados práticos em termos de atuações sociais como, por exemplo: diagnósticos sobre desenvolvimento humano, criminalidade, cultura, comportamento político, mobilidade das classes sociais, entre tantos outros campos que não são compreensíveis sem um adequado delineamento em termos de teoria social. Como função central, o Curso de graduação em Ciências Sociais pretende formar profissionais com espírito crítico para a análise das questões societárias, além de dotar esses agentes de habilidades para intervenção prática nos diversos problemas que reclamam a conjugação de ciência com o discernimento ético, promovendo valores que sustentam a noção de um bem comum compartilhado pelos membros da sociedade brasileira.

A formação de todo cientista depende crucialmente de seu aparelhamento metodológico. Essa proposição requer ênfase no aprendizado e na correta aplicação da teoria social, tendo como meta o aprofundamento do estudo e prática de métodos e técnicas de pesquisa sob um novo ângulo. Daí, a atitude de renovação da prática metodológica através do diálogo crítico entre os enquadramentos dos três paradigmas das Ciências Sociais. Se de um lado temos bem desenvolvido pela Sociologia e pela Ciência Política a manipulação de *surveys* quantitativos, que envolvem procedimentos amostrais e permitem, em alguns casos, uma relativa generalização das conclusões, de outro, na Antropologia, a dedicação a procedimentos de observação direta e próxima dos fatos relevantes. A observação etnográfica, aliada a técnicas de entrevista, traz um aporte capaz de alterar e adensar a compreensão dos fenômenos sociais. Contra antigos preconceitos de um abismo epistemológico entre estudos quantitativos e qualitativos, a proposta do Curso busca envolver os distintos olhares sobre objetos comuns. Um exemplo básico: um estudo eleitoral pode tanto discutir quantitativamente a tendência da opinião pública quanto, sobre o mesmo tema, investigar as representações culturais do voto, o sentido da democracia como festa ou a influência de níveis de escolarização e renda no voto. Tais enquadramentos passam a dialogar, gerando tensões e indicando novas possibilidades de compreender a realidade social e de nela orientar-se de forma mais adequada.

Por sua vez, as docências no Ensino Superior e no Ensino Médio devem complementar, de forma substantiva, as possibilidades de atuação profissional do egresso de Ciências Sociais, ampliando o caráter de pesquisa que marca o Curso.

3.2. Formas de acesso ao Curso

A forma de acesso ao Curso de Ciências Sociais, com 90 vagas anuais, resultará de seu desempenho escolar ao longo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Para fins de transição do Primeiro para o Segundo Ciclo, 30 dias antes do final do seu último período letivo, o aluno deverá declarar à Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas a sua preferência de curso para o Segundo Ciclo. Ao final de cada período letivo, será publicado o ranking classificatório de desempenho, instrumento de avaliação discente mediante o qual será assegurado

aos primeiros classificados, em ordem decrescente, o acesso ao Curso de Ciências Sociais até o limite das vagas oferecidas. Para fins de classificação, será utilizada a seguinte fórmula:

$D = (MFG + MAC)/2$, sendo:

D = nota de desempenho;

MFG = média das notas obtidas na formação geral; e

MAC = média das notas obtidas nas disciplinas de livre escolha e as da área de concentração.

Para ingressar no Curso de Ciências Sociais, os alunos deverão cursar, no quinto período do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, as seguintes disciplinas da área de concentração, que serão ofertadas pelo Departamento de Ciências Sociais:

1. Metodologia Científica (CSO092)
2. Introdução à Antropologia (CSO093)
3. Introdução à Ciência Política
4. Introdução à Sociologia: fundamentos do pensamento sociológico
5. Pensamento social brasileiro I (CSO106)

É o entendimento do curso de Ciências Sociais que em futura reforma curricular as disciplinas da área de concentração possam ser cursadas livremente ao longo do BACH e não apenas concentradas no quinto período. Esse entendimento porém depende de discussões com o colegiado e o Núcleo Docente Estruturante do BACH, pois envolve uma dupla reforma.

Além dessa forma de ingresso, a UFJF atende ao previsto no Regulamento Acadêmico da Graduação, aprovado pelo Conselho Superior da UFJF através da Resolução 11/1997 e alterações, em seus artigos 2 ao 24. No caso são aplicáveis as modalidades 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 13:

“Art. 2º. São 14 (quatorze) as modalidades de ingresso no Curso, em ordem de prioridade:

1. classificação em Concurso Vestibular da UFJF, no limite das vagas publicadas para cada opção;

2. classificação em Concurso Vestibular, de outra Instituição de Ensino Superior (IES) pública, conveniada com a UFJF para tal fim, nas vagas remanescentes do preenchimento previsto no inciso anterior;
 3. reinscrição no Curso, obedecendo aos critérios determinados pelo Capítulo II deste Regulamento;
 4. mudança de Curso ou modalidade, de aluno regularmente matriculado em Curso de Graduação da própria UFJF, nos termos deste Regulamento;
 5. transferência regular de aluno matriculado em Curso de Graduação de outra IES;
 6. admissão para fins de complementação de Curso;
 7. admissão para complementação em línguas estrangeiras, com o fim de obtenção do registro de Professor do ensino fundamental e médio, na língua correspondente;
 8. admissão especial, nos termos da legislação vigente e deste Regulamento;
 9. admissão de graduados em vagas que não sejam remanescentes de Concurso de Vestibular;
 10. transferência de lei para servidores públicos, civis e militares e para seus dependentes, independentemente de vagas, em qualquer época do ano;
 11. edital de convocação para graduados, nas vagas remanescentes do preenchimento previsto nos incisos I e II;
 12. vaga(s) adicional (is) às previstas para o Concurso Vestibular da UFJF, oferecida(s) anualmente ao Ministério da Educação e Desporto, para atender a alunos-convênio dos países com os quais o Brasil mantém acordo cultural;
 13. vaga(s) cortesia, para atender a funcionário estrangeiro, em missão diplomática e a seus dependentes, oriundos de país que assegure reciprocidade;
 14. vagas aprovadas para os projetos especiais desenvolvidos para ofertas ou demandas específicas.
- § 1º – Em Cursos ofertados pela UFJF em dois ciclos, os primeiros ciclos são aqueles que tenham caráter generalista e multidisciplinar, englobando uma grande área do conhecimento, sem pretensões profissionalizantes.
- § 2º – Os Cursos em dois ciclos permitem o ingresso aos alunos, após cumpridos os requisitos, em um segundo ciclo, de caráter profissionalizante, nos exatos termos de Edital de Seleção publicado pelo Conselho de Unidade a que está vinculado o Curso em dois Ciclos, respeitado o limite de vagas para cada opção e os critérios objetivos de seleção.”

O Curso oferecerá 45 vagas no primeiro semestre letivo, e mais 45 vagas no segundo semestre letivo, sempre no turno noturno, totalizando 90 vagas de ingresso anual de novos alunos. Em virtude de sua adesão ao Reuni, com o objetivo de agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação de vagas e elevação da qualidade da educação nacional, o Curso de Ciências Sociais assumiu a perspectiva de habilitação em Segundo Ciclo, conjugada ao Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas, motivo pelo qual não recebe ingressantes diretos.

3.3. Carga horária total do Curso

De acordo com o art. 3º da Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, “A carga horária do Curso de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de Cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução nº. CNE/CP nº. 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP nº. 28/2001.”

Referida Resolução que normatiza a carga horária de Cursos de bacharelado é a Resolução CNE/CES nº. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Por esse documento normativo, o Curso de Ciências Sociais deverá possuir carga horária mínima de 2.400 horas. O Curso de Ciências Sociais da UFJF, bacharelado, possui carga horária total de 3165 horas (segundo ciclo de 1410 horas + 1755 horas do BACH), o que atende perfeitamente ao exigido.

A carga horária da licenciatura, por sua vez, está disciplinada pela Resolução CNE/CP nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002, que dispõe em seu art. 1º: “A carga horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em Curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas (...)”. O Curso de Ciências Sociais da UFJF, licenciatura, possui carga horária total 3.150 horas, obedecendo também ao exigido.

3.4. Período de Integralização

A duração média do Curso de Ciências Sociais é de 2 anos e meio, ou 5 períodos letivos para bacharelado e 3 anos (6 períodos) para licenciatura. O aluno possui o prazo máximo de 12 períodos para concluir o Curso nas duas modalidades, findos os quais deverá entrar com pedido justificado de dilatação de prazo podendo obter até no máximo mais 2 semestres para integralizar o Curso.

O Bacharelado do segundo ciclo possui limites mínimos de 2 anos para integralização.

A Licenciatura possui limite mínimo de 2,5 anos para integralização.

Conforme apresentado anteriormente, a integralização do Bacharelado ou da Licenciatura no Curso de Ciências Sociais compreende a inclusão das disciplinas e carga horária correspondente cumpridas no 1º. Ciclo (BACH). Assim, o 1º e o 2º. Ciclo são complementares.

4 – PERFIL DO EGRESSO/FORMANDO

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, entende-se que o cientista social atua na compreensão e intervenção das atividades desenvolvidas nos espaços sociais, não somente orientando as instituições como também contribuindo para as condições normativas de seu funcionamento. Cabe a esse profissional, analisar, propor e participar de processos que desencadeiem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades e instituições sociais e políticas, incluindo atividades relacionadas ao planejamento, construção e avaliação de políticas públicas e ações de gestão no terceiro setor. Um dos campos privilegiados de trabalho é a pesquisa acadêmica em nível superior, bem como um amplo leque de pesquisas de opinião. A área de estudos de culturas e de grupos étnicos minoritários constitui-se hoje num dos campos estruturados de ação da Antropologia e da Sociologia próprias ao campo das Ciências Sociais. No que se refere à docência, o cientista social atua no ensino médio e superior. Em síntese, o profissional do Curso de Ciências Sociais é um agente com formação

versátil e crucial em procedimentos de análise e intervenções em processos da sociedade contemporânea.

Em consonância com o Parecer CNE/CES nº. 492 de 2001, que orienta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, tem-se:

Perfil do Licenciado em Ciências Sociais da UFJF: o licenciado em Ciências Sociais poderá atuar no campo da educação, compreendendo o ensino das Ciências Sociais em nível médio.

Perfil do Bacharel em Ciências Sociais da UFJF: pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica com capacidade reflexiva; profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

4.1. Competências e Habilidades

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno de Ciências Sociais, observando o Parecer nº. 492 de 2001, são:

A) Competências Gerais:

- Dominar a bibliografia teórica e metodológica básica das Ciências Sociais.
- Pensar os temas sociais de forma circunstanciada pela teoria social com liberdade de interpretação.
- Interpretar teórica e aplicadamente o saber da teoria social, inclusive para permitir intervenções na realidade.
- Como professor ou pesquisador, o cientista social deve trabalhar numa perspectiva crítica na geração e interpretação de dados que sua atividade gera.
- Compromisso social: O contexto de ação no meio social em que vive e que lhe permite ser conseqüente.

B) Competências Específicas para licenciatura:

- Dominar os conteúdos básicos que são objetos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio. Levar a interpretação da teoria social a turmas do ensino médio é um desafio didático para e reflexivo.

- Dominar os métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino. As técnicas envolvem o domínio de linguagens contemporâneas, sobretudo informática.

5 – ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

5.1. Coordenação do Curso

De acordo com o art. 27 do Regimento Geral da UFJF, “A coordenação didática de cada Curso será exercida por um Coordenador, integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução, sendo substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma”.

5.2. Atuação do Coordenador

De acordo com o art. 28 do Regimento Geral da UFJF, compete aos Coordenadores dos Cursos de Graduação:

- quanto ao Curso: propor ao Conselho Setorial de Graduação a sua duração mínima e máxima e a forma de sua integralização em número total de créditos, ouvido o Conselho da Unidade; orientar, fiscalizar e coordenar o seu funcionamento; coordenar o processo regular de sua avaliação; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvido o Conselho de Unidade, a sua organização; representar o Curso nas diversas instâncias universitárias.

- quanto ao currículo: propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvido o Conselho de Unidade, as disciplinas que o integram e suas modificações; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, os

pré-requisitos das disciplinas; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, a fixação dos créditos das disciplinas que o integrarão.

- quanto aos programas e planos de Curso: aprovar, compatibilizar e zelar pela sua observância; propor alterações aos Departamentos envolvidos.

5.3. Núcleo Docente Estruturante

O NDE do curso foi constituído em 26 de setembro de 2011 e é formado pelos seguintes professores doutores:

Profa. Dra. Beatriz Basto Teixeira
Profa. Dra. Elizabeth de Paula Pissolato
Prof. Dr. Fernando Tavares
Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos
Profa. Dra. Marcella Beraldo de Oliveira
Prof. Dr. Raul Francisco de Magalhães

5.4. Dedicção do Coordenador à administração e condução do Curso

O Coordenador do Curso dedica efetivamente 20 horas semanais à Coordenação do Curso.

5.5. Departamento de Ciências Sociais

De acordo com o art. 30 do Regimento Geral da UFJF, O Departamento é a menor subdivisão da estrutura universitária, para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente, integrando docentes e disciplinas com objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

São competências do Departamento:

- elaborar seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino ou de pesquisa e extensão a docentes;
- propor ao Conselho de Unidade a abertura de concursos ou provas de seleção para docente;
- propor ao Conselho de Unidade medidas de ordem didática e administrativa;
- propor e opinar sobre a movimentação de docentes;
- propor aos Coordenadores de Curso os programas das disciplinas e respectivos planos, acompanhando, obrigatoriamente, a sua execução;

- propor ao Coordenador de Curso o número de créditos e os pré-requisitos correspondentes a cada disciplina;
- conhecer e decidir sobre recursos interpostos por discentes;
- propor e opinar sobre afastamento e dispensa de docente;
- indicar membros para compor comissão examinadora de concursos ou provas de seleção de docentes;
- elaborar e propor, ao Conselho de Unidade, programas para concursos ou provas de seleção de docentes.

O art. 32 do Regimento Geral da UFJF ainda dispõe que o Departamento será chefiado por professor integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

5.5. Organização Acadêmico-administrativa

Além dos mecanismos relacionados ao registro da vida escolar dos alunos existentes na Coordenação de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA) da UFJF para todos os Cursos, a Coordenação deve implementar dispositivos que permitam o acompanhamento do desenvolvimento e do fluxo escolar dos discentes, assim como, do currículo em termos de atendimento aos objetivos do Curso e de atualização permanente de seus conteúdos.

O CGCO – Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional, vinculado à Reitoria da UFJF, é responsável pela mobilização de recursos da tecnologia da informação em prol da racionalização e agilização dos processos inerentes à gestão universitária. Desta forma, suas práticas envolvem a análise, modelagem, desenvolvimento, gerenciamento e atualização dos sistemas de informação, o gerenciamento lógico da rede de dados e a implementação de soluções tecnológicas.

Para atingir seus objetivos, o CGCO conta com analistas de sistemas, programadores e outros especialistas do quadro efetivo da Universidade. Além disso, oferece campo de estágio para estudantes, que atuam como bolsistas em suas diversas frentes de trabalho.

Nas dependências do CGCO, foi concebido e implantado o SIGA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, totalmente desenvolvido em software livre e constituindo-se em instrumento de apoio a todas as instâncias de administração da Universidade.

O SIGA é o sistema que atualmente integra todos os processos informatizados da UFJF. Ele passa por constantes ajustes e aperfeiçoamentos, com novas funcionalidades sendo gradativamente construídas. Os módulos hoje instalados e em operação abrangem uma grande parte das necessidades institucionais, dentre as quais destacamos:

SIGA Ensino - Gerencia todas as atividades acadêmicas da relação discente/docente/instituição dos Cursos de graduação, pós-graduação, ensino médio e técnico dos colégios integrados;

SIGA Administração - Controla os processos administrativos da UFJF, associados a materiais, contabilidade, orçamento, finanças, protocolo e requisições;

SIGA Biblioteca - Através deste módulo, os usuários podem consultar todo o acervo registrado nas bibliotecas da UFJF, seja de livros, monografias, teses, publicações avulsas, etc. Podem também realizar empréstimos de exemplares, reservas e acompanhar toda a sua situação através da internet. Os usuários devem ficar atentos ao regulamento para a utilização das bibliotecas, a fim de evitar o pagamento de multas, previsto no SIGA Biblioteca. Este regulamento se encontra em “www.biblioteca.ufjf.br”. As consultas ao acervo também estão disponibilizadas neste endereço. O SIGA Biblioteca é também uma grande ferramenta para catalogação, utilizando, inclusive, o padrão internacional MARC 21, facilitando o trabalho das bibliotecárias para um futuro intercâmbio entre instituições. O sistema é todo parametrizado, o que facilita a adequação às políticas e padrões adotados pela UFJF. A sua performance é excelente, diante de mais de 80.000 obras, mais de 200.000 exemplares e mais de 18.000 usuários;

SIGA Recursos Humanos - Registra os dados pessoais e funcionais de servidores ativos, inativos, terceirizados e pensionistas, implementando rotinas de apoio à administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos na UFJF.

Além disso, a UFJF conta com a Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos – CDARA que é a gestora do processo de regulamentação dos aspectos acadêmicos – registro e controle – relativos aos discentes de Graduação presencial e à distância, Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e Educação Continuada da instituição. É responsável pelo registro de diplomas de instituições de ensino superior, localizadas em várias cidades de Minas Gerais; Revalidação de Diplomas de Graduação e Pós-Graduação e de universidades estrangeiras. Os requerimentos ao CDARA são feitos na Central de Atendimento da UFJF.

6 – ESTRUTURA CURRICULAR DO BACHARELADO

6.1. Organização por eixos de Formação

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, o currículo de Ciências Sociais deve ser organizado em torno de três eixos: **Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre**. Considerando que o segundo ciclo trata da Formação Específica, uma vez que a Formação Complementar e a Formação Livre foram contempladas no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, está atendido o referido Parecer. Aos três eixos acrescentamos mais um eixo final composto das tarefas de projeto, execução e defesa do trabalho de conclusão de curso chamado **Disciplinas Obrigatórias de Conclusão de Curso**.

A – Eixo de Formação Específica:

“O Eixo de Formação Específica deve constituir a base do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do Curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Cabe ao Colegiado do Curso definir criteriosamente as atividades que definem a especificidade do Curso bem como a tradução destas em carga horária.” (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p. 27)

Compõe-se das seguintes disciplinas:

No.	Depto.	CH	Área	Código	Disciplinas
			METODOLOGIA		
01	EST010	60			Estatística aplicada às Ciências Sociais
02	CSO	90			Método etnográfico
03	CSO	90			Metodologia da pesquisa sociológica
04	CSO	90			Metodologia aplicada à Ciência Política
			SOCIOLOGIA		
05	CSO	60			Tradição e contemporaneidade do pensamento sociológico
06	CSO	60			Teorias da socialização
07	CSO	60			Cultura, ideologia e modernidade
08	CSO	60			Sociologia do Brasil contemporâneo
			ANTROPOLOGIA		
09	CSO	60			Teorias antropológicas I
10	CSO	60			Teorias antropológicas II
11	CSO	60			Antropologia brasileira
12	CSO	60			Tópicos em Antropologia contemporânea
			CIÊNCIA POLÍTICA		
13	CSO	60			Teoria política contemporânea
14	CSO	60			Pensamento social brasileiro II
15	CSO	60			Instituições políticas em perspectiva comparada
16	CSO	60			Políticas públicas e sociedade
			OPTATIVAS		
17		60			Disciplina Optativa I (Sociologia, Antropologia ou Ciência Política)
18		60			Disciplina Optativa II (Sociologia, Antropologia ou Ciência Política)
Total		1170 horas/aula de Formação Específica			

A grade contempla duas disciplinas optativas, a serem selecionadas nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, dentre as oferecidas pelo Departamento de Ciências Sociais, a saber:

	Depto.	CH	Área	Código	Disciplinas
			SOCIOLOGIA		
1	CSO	60			Sociologia e economia: diálogos da sociologia econômica
2	CSO	60			Sociologia urbana: cidade e políticas urbanas

3	CSO	60		Sociologia da violência
4	CSO	60		Estratificação, poder e desigualdade
5	CSO	60		Sociologia da educação
6	CSO	60		Sociologia e sociedade brasileira
7	CSO	60		Ação, sujeito, instituições e mudanças sociais
8	CSO	60		Tópicos especiais em sociologia
	CSO	60	ANTROPOLOGIA	
9	CSO	60		Etnologia indígena
10	CSO	60		Estudos afro-brasileiros
11	CSO	60		Antropologia urbana
12	CSO	60		Antropologia do corpo e da saúde
13	CSO	60		Organização social e parentesco
14	CSO	60		Pessoa, indivíduo e modernidade
15	CSO	60		Antropologia e educação
16	CSO	60		Gênero e sexualidade
17	CSO	60		Temas de antropologia geral
			CIÊNCIA POLÍTICA	
18	CSO	60		Tópicos especiais em Ciência Política I
19	CSO	60		Teoria política grega e medieval
20	CSO	60		Problemas contemporâneos e relações internacionais

B – Eixo de Formação Complementar:

“O Eixo de Formação Complementar compreende atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do Curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindas de outros Cursos da IES, definidas previamente no projeto pedagógico do Curso”. (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p.27)

Compõe-se das disciplinas cursadas no primeiro ciclo do BACH.

C – Eixo de Formação Livre:

“O Eixo de Formação Livre compreende e atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES”. (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p. 27)

Compõe-se das disciplinas cursadas no primeiro ciclo do BACH e possíveis enriquecimentos do currículo que o aluno acrescentar além da carga obrigatória.

D – Eixo de Disciplinas Obrigatórias de Conclusão de Curso:

Cumpridas as 1170 horas da formação específica para se bacharelar o aluno deve cursar duas disciplinas específicas, ambas de 8 créditos, em semestres diferentes, quarto e quinto, uma vez que a CSO 086 (Projeto de Bacharelado) é pré-requisito da CSO 088 (Monografia de Bacharelado). Ambas as disciplinas implicam um *professor coordenador geral* que discutirá com os estudantes a evolução dos projetos e das monografias, mas que não tem por função dar nota aos projetos ou às monografias. Ambas as disciplinas implicam também a obrigatoriedade da apresentação individual dos estudantes no *Seminário de Projeto* e, posteriormente, no *Seminário de Monografia*, nos quais o estudante compartilha seu projeto e sua monografia com a comunidade do curso. Para cursar essas disciplinas o estudante deverá indicar oficialmente à coordenação de graduação o seu *orientador de bacharelado*, que poderá ser inclusive externo ao Departamento de Ciências Sociais. A organização dos seminários de projetos e monografias é atribuição da coordenação do curso.

N	Depto	CH	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	CODIGO	Disciplinas obrigatórias
21	CSO	120		CSO086	Projeto de Bacharelado
22	CSO	120		CSO088	Monografia de Bacharelado
Total		240 horas/aula			

Dessa forma a integralização do Bacharelado em Ciências Sociais, como curso de segundo ciclo, é dado pela fórmula **A+(B+C)+D**, sendo que **A** é *Eixo de Formação Específica*, **(B+C)** constituem o aproveitamento do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como *Eixos de Formação Livre e Complementar* e **D** é o *Eixo das Disciplinas Obrigatórias de Conclusão de Curso*. Assim temos em termos de carga horária:

$A (1170 \text{ ha}) + [B+C - \text{Aproveitamento do BACH- } (1755 \text{ h/a})] + D (240 \text{ h/a}) = 3165 \text{ h/a}$ para obtenção do título de *Bacharel em Ciências Sociais*.

6.2. Periodização do Bacharelado

1º Período	Horas	Créditos
Estatística aplicada às Ciências Sociais	60	4
Tradição e contemporaneidade do pensamento sociológico	60	4
Teorias antropológicas I	60	4
Teoria política contemporânea	60	4
	240 h/a	16

2º Período	Horas	Créditos
Método etnográfico (60 hs de aulas teóricas e 30 horas de prática)	90	6
Teorias da Socialização	60	4
Pensamento Social Brasileiro II	60	4
Optativa 1 (dentre as disciplinas oferecidas pelo DCSO)	60	4
	270 h/a	18

3º Período	Horas	Créditos
Metodologia da pesquisa sociológica (60 hs de aulas teóricas e 30 horas de prática)	90	6
Teorias antropológicas II	60	4
Instituições políticas em perspectiva comparada	60	4
Optativa 2 (dentre as disciplinas oferecidas pelo DCSO)	60	4
	270 h/a	18

4º Período	Horas	Créditos
Metodologia aplicada à Ciência Política (60 hs de aulas teóricas e 30 horas de prática)	90	6
Cultura, ideologia e modernidade	60	4
Antropologia brasileira	60	4
Projeto de Bacharelado	120	8
	330 h/a	22

5º Período	Horas	Créditos
Sociologia do Brasil contemporâneo	60	4
Políticas públicas e sociedade	60	4
Tópicos em Antropologia contemporânea	60	4
Monografia	120	8
	300 h/a	20

6.3. Grade curricular – BACHARELADO

Disciplinas e Atividades	Créditos	H/a
Formação Específica	78 créditos	1170 h/a
Formação livre e Complementar	117 créditos	1755 h/a
Disciplinas de Conclusão I e II	16 créditos	240 h/a
Total = Bacharelado	211 créditos	3165 h/a

6.4. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais resulta das disciplinas CSO086 e CSO088. Ele pode ter a forma de uma monografia dissertativa, de relatório de pesquisa ou de um artigo científico extraído de um relatório de pesquisa. A nota da disciplina CSO086 é dada pelo Orientador do projeto de bacharelado. No caso da disciplina CSO088 a nota final é dada pela defesa da monografia perante uma banca formada pelo *Orientador* e outro professor examinador com conhecimento pertinente na área da monografia (não é necessário que pertença aos quadros do departamento). Caso o Orientador já seja externo ao Departamento de Ciências Sociais, então o examinador deverá obrigatoriamente pertencer aos quadros do Departamento. Maiores regulamentações sobre o formato dos trabalhos e procedimentos de defesa são fixados e modificados pelo NDE.

7 – ESTRUTURA CURRICULAR DA LICENCIATURA

7.1. Organização por eixos de Formação

A compatibilização de cursos de segundo ciclo com o modelo de licenciaturas implantado na UFJF, normatizado pela resolução CNE/CP nº. 2/2002, é uma experiência nova, uma vez que toda a regulamentação das licenciaturas foi elaborada para o modelo tradicional de cursos com ciclo único.

A decisão do curso de Ciências Sociais é no sentido de compatibilizar a licenciatura com o segundo ciclo aproveitando o *Eixo de Formação Específica* em Ciências Sociais, responsável pelas disciplinas de conteúdo que permitirão ao licenciado desempenhar suas tarefas de ensino.

Dessa forma a licenciatura compõe-se de quatro (4) eixos:

E- Eixo de Formação Específica (1170 h/a comum ao bacharelado) mais 600 h/a incorporadas de 2 semestres do BACH, os de *Formação Geral* (primeiro semestre) e de *Componente Específico* (quinto semestre), totalizando 1770 h/a de Formação Específica em Ciências Sociais;

F – Eixo de Formação Pedagógica (360 h/a);

G– Eixo de prática, composto das disciplinas de prática (400 h/a) e do Estágio Supervisionado (400 h/a), totalizando 805 h/a, conforme a seguinte distribuição:

G.1 - 180 h/a das Disciplinas Práticas da FACED

G.2 -220 h/a da disciplina Instrumentos para licenciatura em CSO;

G.3 - Estágio Supervisionado (400 h/a), do qual estarão dispensados os alunos que já estiverem atuando na educação básica como professores (de acordo com o Art 1º, parágrafo único da referida resolução);

H- Eixo Atividades Acadêmico-científico-culturais para licenciatura (210 h/a).

A integralização da Licenciatura em Ciências Sociais, como curso de segundo ciclo, atende a fórmula **E+F+G+H**, sendo que **E** é Eixo de Formação Específica (comum ao bacharelado em CSO 1170 + 600 h/a do BACH), **F** é Eixo de Formação Pedagógica (360 h/a); **G** é Eixo de Prática, composto das disciplinas de prática - 400 h/a - e do Estágio Supervisionado - 400 h/a (800 h/a) e **H** Eixo Atividades Acadêmico-científico-culturais para licenciatura (210 h/a). Assim temos em termos de carga horária:

E (1170 Bacharelado CSO + 600 BACH = **1770 h/a**) + **F** (**360 h/a**) + **G** (**400 h/a** de prática + **400 h/a** de estágio = **800 h/a**) + **H** *Atividades Acadêmico-científico-culturais* (**210 h/a**) = **3140 h/a** para obtenção do título de *Licenciado em Ciências Sociais*.

7.1.1. E- Eixo de formação Específica

A formação científica em ciências sociais do licenciado é a mesma do bacharelado e compõe-se das seguintes disciplinas:

No.	Depto.	CH	Área	Código	Disciplinas
			METODOLOGIA		
01	EST010	60			Estatística aplicada às Ciências Sociais
02	CSO	90			Método etnográfico
03	CSO	90			Metodologia da pesquisa sociológica
04	CSO	90			Metodologia aplicada à Ciência Política
			SOCIOLOGIA		
05	CSO	60			Tradição e contemporaneidade do pensamento sociológico
06	CSO	60			Teorias da Socialização
07	CSO	60			Cultura, Ideologia e Modernidade
08	CSO	60			Sociologia do Brasil contemporâneo
			ANTROPOLOGIA		

09	CSO	60		Teorias antropológicas I
10	CSO	60		Teorias antropológicas II
11	CSO	60		Antropologia brasileira
12	CSO	60		Tópicos em Antropologia contemporânea
			CIÊNCIA POLÍTICA	
13	CSO	60		Teoria política contemporânea
14	CSO	60		Pensamento Social Brasileiro II
15	CSO	60		Instituições políticas em perspectiva comparada
16	CSO	60		Políticas públicas e sociedade
			OPTATIVAS	
17		60		Disciplina Optativa I (Sociologia, Antropologia ou Ciência Política)
18		60		Disciplina Optativa II (Sociologia, Antropologia ou Ciência Política)
Total		1170 horas/aula de Formação Específica		

7.1.2. F - Eixo de Formação Pedagógica

Nº ord.	Departamento	Código	Disciplinas	Cr	CH	Pré-requisito
01	Faculdade de Educação		Saberes escolares (60 horas aula + 30 horas de prática escolar (v. Eixo de Prática)	04	60	
02	Faculdade de Educação		Estado, sociedade e educação	04	60	
03	Faculdade de Educação		Processo ensino- aprendizagem	04	60	
04	Faculdade de Educação		Metodologia de ensino de CSO	04	60	
05	Faculdade de Educação		Questões filosóficas da educação	04	60	
06	Faculdade de Educação		Políticas públicas e gestão escolar (60 horas aula + 30 horas de prática escolar) (v. Eixo de Prática)	46	60	
Formação Pedagógica				24 créditos 360 h/a		

OBSERVAÇÃO: Além das disciplinas de Formação Pedagógica, a disciplina Libras, oferecida também pela Faculdade de Educação, fará parte do currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (v. item 7.2.1)

7.1.3. Estágio Supervisionado Obrigatório - Licenciatura

Nº ord.	Departamento	Código	Disciplinas	Cr	CH	Pré-requisito
01	Faculdade de Educação		Estágio I	14	200	
02	Faculdade de Educação		Estágio II	14	200	
Total		28 créditos 400 h/a				

7.1.4. Prática Profissional Licenciatura

Nº ord.	Departamento	Código	Disciplinas	Cr	CH	Pré-requisito
01	Faculdade de Educação		Prática I	04	60	
02	Faculdade de Educação		Prática II	04	60	
03	Faculdade de Educação		Carga Horária de Prática das disciplinas “Saberes Escolares” e “Políticas Públicas e Gestão Escolar” (v. quadro supra)	04	60	
04	DCSO		Instrumentos para licenciatura em CSO	15	220	
Total		27 créditos 400 h/a				

7.1.5. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Atividades	Créditos	H/a
Atividades Acadêmico-científico-culturais	14 créditos	210 h/a

7.2. Periodização da licenciatura

1º Período	Horas	Créditos
Estatística aplicada às Ciências Sociais	60	4
Tradição e contemporaneidade do pensamento sociológico	60	4
Teorias antropológicas I	60	4
Teoria política contemporânea	60	4
Saberes Escolares em Ciências Sociais	90	6
	330 h/a	22

2º Período	Horas	Créditos
Método etnográfico (60 hs de aulas teóricas e 30 horas de prática de pesquisa)	90	6
Teorias da Socialização	60	4
Pensamento Social Brasileiro II	60	4

Optativa 1 (dentre as disciplinas oferecidas pelo DCSO)	60	4
Estado, Sociedade e Educação	60	4
	330 h/a	22

3º Período	Horas	Créditos
Metodologia da pesquisa sociológica (60 hs de aulas teóricas e 30 horas de prática de pesquisa)	90	6
Teorias antropológicas II	60	4
Instituições políticas em perspectiva comparada	60	4
Optativa 2 (dentre as disciplinas oferecidas pelo DCSO)	60	4
Processo ensino-aprendizagem	60	4
	330 h/a	22

4º Período	Horas	Créditos
Metodologia aplicada à Ciência Política (60 hs de aulas teóricas e 30 horas de prática de pesquisa)	90	6
Cultura, ideologia e modernidade	60	4
Antropologia brasileira	60	4
Metodologia de ensino de Ciências Sociais	60	4
Prática I	60	4
	330 h/a	22

5º Período	Horas	Créditos
Sociologia do Brasil contemporâneo	60	4
Políticas públicas e sociedade	60	4
Tópicos em Antropologia contemporânea	60	4
Prática II	60	4
Estágio I (140 h) + Reflexões sobre ação pedagógica do processo I (60 h/a)	200	13
	440 h/a	29

6º Período	Horas	Créditos
Questões Filosóficas da Educação	60	4
Políticas públicas e gestão escolar	90	6
Libras	60	4
Estágio II (140 h) + Reflexões sobre ação pedagógica do processo II (60 h/a)	200	13
Instrumentos para licenciatura em CSO (60 horas/aula + 160 h de oficinas de prática)	220	13
	600 h/a	40

7.3. Grade curricular – LICENCIATURA

Disciplinas e Atividades	Créditos	H/a
Formação Científica Específica	118 créditos	1770 h/a
Formação pedagógica	24 créditos	360 h/a
Estágio supervisionado obrigatório	27 créditos	400 h/a

Prática profissional	27 créditos	400 h/a
Atividades Acadêmico-científico-culturais	14 créditos	210 h/a
Total= licenciatura	210 créditos	3150 h/a

8 – ESTÁGIO CURRICULAR

8.1. Regulamentação do estágio na UFJF

O Estágio na UFJF é regulamentado pelo Capítulo IX do Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF. Por este documento, entende-se por estágio “a atividade de aprendizagem proporcionada ao estudante pela participação em situações reais, dentro e fora da Universidade, que lhe permitam vivenciar, aplicar e aprofundar os conhecimentos e objetivos do Curso, compreendendo as seguintes modalidades:” a) estágio curricular, previsto no currículo pleno do Curso e de caráter obrigatório para sua integralização; b) estágio não-Curricular, sendo qualquer outro que atenda aos objetivos dos estágios elencados anteriormente, não previsto no currículo pleno do Curso.

A Universidade Federal de Juiz de Fora possui uma Coordenação de Estágio que tem como objetivo a construção e consolidação de uma política de estágios para a UFJF capaz de resguardar os estagiários, estreitar a parceria com as instituições conveniadas e garantir o atendimento às peculiaridades de cada Curso. Por meio dessa Coordenação são celebrados convênios com organizações públicas e privadas, buscando possibilitar aos alunos acesso ao mercado de trabalho.

Com o objetivo de regulamentar o estágio supervisionado cada Curso poderá criar uma Comissão Orientadora de Estágio (COE), com a função de programar, supervisionar e avaliar os estagiários, amparada, entre outras, pelas seguintes disposições do Regulamento Acadêmico e Graduação da UFJF, *in verbis*:

“Art. 60 – A avaliação dos estagiários será de responsabilidade dos professores orientadores de estágios e obedecerá às normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 61 – Será obrigatória a matrícula nos estágios curriculares, nos termos do Capítulo III deste Título, e os não-curriculares terão registro na COE.

1º - Os estágios não-curriculares poderão substituir a exigência de creditação em disciplinas optativas, no limite máximo de 5% da carga horária total do Curso, por proposta da COE – Comissão Organizadora de Estágio respectiva e aprovação da CGE – Central Geral de Estágio.”

8.2. Estágio Curricular no Curso de Ciências Sociais

Não há estágio curricular obrigatório no bacharelado em Ciências Sociais, porém existe hoje um grande número de estudantes de Ciências Sociais que passa por experiências de estágios em instituições públicas municipais e centros de pesquisa da própria UFJF, os quais vem sendo acompanhados, ainda que de forma não sistemática, pela Coordenação do Curso.

De acordo com o art.13, § 3º, da Resolução CNE/CP nº 01/2002, “o estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do Curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.” O Estágio obrigatório é apenas para licenciatura com carga horária total de 300 horas/aula.

Embora ainda vigente a Resolução CNE/CP nº. 2/2002, que disciplina a duração e a carga horária dos Cursos de licenciatura, exigindo em seu art. 1º, inciso II a integralização de “400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado”, esclarecemos que o estágio do Curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFJF foi estruturado com base na orientação inserta no Parecer CNE/CP nº. 9/2007, que propõe a revogação da Resolução CNE/CP nº. 2/2002, versando sobre a reorganização da carga horária mínima dos Cursos de formação de professores nos seguintes termos:

*“Art. 1º Os Cursos de Licenciatura destinados à Formação de Professores, em nível superior, para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional de nível médio, organizados em habilitações especializadas por componente curricular ou abrangentes por campo de conhecimento, conforme indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais pertinentes, **devem ter, no mínimo, 2.800 horas de efetivo trabalho acadêmico,***

compreendendo, pelo menos, 300 horas de estágio supervisionado e pelo menos 2.500 horas dedicadas às demais atividades formativas.” (grifo nosso)

Compartilhamos do entendimento esposado pelo Prof. Paulo Monteiro Vieira Braga Barone, Conselheiro do CNE e docente da UFJF, no Parecer CNE/CES nº. 83/2007, para quem o detalhamento das subdivisões da carga horária previsto na Resolução CNE/CP nº. 2/2002 é *“excessivamente complexo e desnecessário, podendo comprometer a formulação das matrizes curriculares por induzir o uso de receitas padronizadas para o mero cumprimento da prescrição”*.

A carga horária mínima para o estágio está de acordo com o disposto no art. 65 da Lei nº. 9.394/1996 (LDB), que estabelece que *“a formação do docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas”*.

Além disso, o Curso de Ciências Sociais foi incorporado ao 2º ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, motivo pelo qual uma reestruturação de seu currículo antigo para adequação à Resolução CNE/CP nº. 2/2002 seria contraproducente.

Ressaltamos, porém, que a licenciatura em Ciências Sociais vinculada ao 2º ciclo do Bacharelado Interdisciplinar será estruturada conforme as regras da Resolução CNE/CP nº. 2/2002.

8.3. Atividades Complementares

Bacharelado:

De acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial: *“Os estágios e atividades complementares dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário”*.

Licenciatura:

De acordo com o art. 1º, IV da Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos Cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, deverão ser cumpridas no mínimo 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Em consonância com os documentos normativos acima expostos, O aluno deverá cumprir, no mínimo, 210 h/a de Atividades Complementares, válidas para o Bacharelado e a Licenciatura, a fim de integralizar a carga horária curricular. O colegiado procederá à análise e validação das mesmas, mediante documentação comprobatória apresentada pelo discente. Respeitadas as competências e habilidades desenvolvidas no transcorrer do Curso, as atividades complementares possibilitam ao discente adicionar novos conhecimentos ao seu programa de estudos, superando a concepção do currículo como um compartimento de conhecimentos fixos e padronizados.

As atividades complementares de graduação – ACG têm o objetivo de propiciar aos alunos a oportunidade de se inteirarem acerca das diferentes áreas do conhecimento, de se prepararem para a escolha de uma especialização e de desenvolverem o senso crítico e, principalmente, de estabelecerem parâmetros práticos para a atuação do acadêmico, tornando-se uma ponte entre a teoria e a prática.

Pretende-se, justamente, que as atividades complementares sirvam para enriquecer não apenas o currículo do acadêmico do Curso de Ciências Sociais, mas que lhe permitam reconhecer e avaliar suas habilidades e suas competências, inclusive fora do ambiente escolar.

São consideradas como ACG: as disciplinas eletivas planejadas e oferecidas semestralmente, os Programas Institucionais de Bolsas de Monitoria, de Treinamento Profissional, de Projetos de Pesquisa e de Extensão; estágios extracurriculares, previamente conveniados com a UFJF; a participação em Cursos de Treinamento, Grupos de Estudo, em eventos afins e atividades relevantes credenciados pelo Colegiado do Curso.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes são validadas por uma comissão, seguindo normas institucionais previstas na Resolução CONGRAD/UFJF nº. 018/2002, alterada pela Resolução CONGRAD/UFJF nº. 023/2004.

As atividades complementares são componentes curriculares que não são alocadas em nenhum semestre específico. Possibilitam a aquisição de habilidades e competências segundo as necessidades do estudante, podendo ser realizadas intra e extramuros.

A Resolução CONGRAD/UFJF nº. 058/2008 fixa as normas do Programa de Treinamento Profissional. O referido programa tem como objetivo permitir o aperfeiçoamento profissional do aluno em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. Este aperfeiçoamento se dá com a participação do aluno em projetos acadêmicos de ensino, no âmbito da UFJF, em regime de 12 horas semanais de atividades. A orientação deste treinamento profissional é feita por um professor ou profissional da área.

Já a Resolução CONGRAD/UFJF nº. 037/2007 da UFJF, alterada pela Resolução CONGRAD/UFJF nº. 059/2008 fixa as diretrizes do Programa de Monitoria da Graduação. O referido programa objetiva despertar no aluno a vocação pela carreira do magistério e assegurar a cooperação entre corpos discente e docente, através da participação em projetos de ensino apresentados pelos Departamentos e aprovados pela Coordenação de Programas de Graduação – PROGRAD. O art. 20 da citada resolução dispõe que podem participar do programa os alunos que atendam aos seguintes requisitos: aprovação na(s) disciplina(s) objeto da Monitoria; aprovação em processo seletivo; disponibilidade de 12 horas semanais.

Os acadêmicos poderão, ainda, atuar em projetos de Iniciação Científica, dentre os quais: BIC, PIBIC e PROBIC. O Programa de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFJF) é destinado a graduandos da UFJF, com recursos orçamentários da Instituição. Esse programa tem por objetivo inserir os graduandos nas diversas etapas da pesquisa científica, visando à formação diferenciada de recursos humanos qualificados. Já o PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é financiado pelo CNPq e objetiva, dentre outros, despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, contribuir para

reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores, propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação. Por fim, o PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica é financiado pela FAPEMIG que concede quota de bolsas à instituição. Assim como os demais, o PROBIC objetiva, dentre outros, desenvolver nos estudantes de graduação o interesse pela pesquisa científica e tecnológica e complementar sua formação acadêmica, sob orientação de pesquisador experiente integrante de instituição de ensino e pesquisa sediada no estado de Minas Gerais.

Destacamos, ainda, que dentre as atividades de ensino, ressalta-se a ampla utilização de disciplinas eletivas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	COMPROVAÇÃO NECESSÁRIA	LIMITE VALIDÁVEL
Atividade culturais	Apresentação de documento comprobatório	40h
Atividades de extensão, monitoria e Treinamento.	Apresentação de documento comprobatório de carga horária	100h
Seminário de Temas em Ciências Sociais (até dois)	Apresentação de documento comprobatório	120h
Iniciação científica ou pesquisa	Apresentação do relatório com avaliação do orientador/professor responsável	120h
Participação em Oficinas Didáticas	Apresentação de documento comprobatório	60h
Participação em projetos ligados a licenciatura	Apresentação de documento comprobatório	120h
Participação em seminários, congressos, exposições e eventos afins	Apresentação de documento comprobatório	120h
Participação no Programa Especial de Treinamento (PET)	Declaração do professor responsável pelo programa	120h
Atividades de representação acadêmica	Apresentação de documento comprobatório	60h
Estágios em órgão públicos	Declaração do professor responsável pelo estágio	120h
Estágios em empresas privadas	Declaração do professor responsável pelo estágio	120h
Estágios em associações do terceiro setor	Declaração do professor responsável pelo estágio	120h

9 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

Pressupondo uma dialética entre o projeto atual e o projeto futuro, a avaliação será a reflexão entre as ações atuais desempenhadas e as futuras, entre o juízo da realidade e as metas a atingir, entre o presente e o futuro. Tudo isso significa compreender adequadamente o sentido do projeto pedagógico, avaliar as ações, os resultados, repensar os propósitos, refletir e replanejar. O projeto é dinâmico e suficientemente flexível a atender novas demandas inerentes às dimensões do indivíduo e da sociedade.

A avaliação do Curso deverá ser realizada semestralmente pelos alunos e professores, a fim de alcançarmos uma melhoria entre o que se quer na prática e o que se tem na teoria.

Os procedimentos de alteração e reestruturação do projeto de Curso estão previstos no art. 44 do Regulamento Acadêmico da Graduação aprovado pela Resolução CONSU 11/1997. Qualquer alteração no projeto do Curso é necessariamente encaminhada ao Conselho Setorial de Graduação - CONGRAD para aprovação.

Em atenção ao disposto no art. 11, da *Lei nº. 10.861*, de 14/04/2004, a Universidade Federal de Juiz de Fora criou uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, responsável por implementar a auto-avaliação institucional, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES.

A primeira CPA da UFJF foi instituída pelas Portarias nº. 327, de 04/06/2004 e nº. 338, de 08/06/2004. A Portaria nº. 124, de 10/03/2008, destituiu a CPA anteriormente nomeada, com vistas à eleição, por processo democrático, de novos membros, o que se concretizou através da Portaria nº. 234, de 27/03/2009.

O procedimento de avaliação interna da instituição e de seus Cursos foi definido no Regimento da Comissão Própria de Avaliação, aprovado pela Resolução CONSU 21, de 18/08/2008.

Conforme preceitua o art. 14 de seu Regimento, a CPA atuará de forma independente e autônoma frente aos órgãos colegiados e à própria administração central da instituição. Fazendo uso dessa autonomia, a Comissão produzirá relatórios

periódicos para o INEP, que são utilizados como subsídio para outras etapas da avaliação institucional externa.

A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, o que inclui docentes de quadros efetivos das áreas de Ciências Humanas, Exatas, Sociais Aplicadas, Biológicas e da Saúde; discentes da graduação e pós-graduação; servidores técnico-administrativos, além de representantes da sociedade civil organizada.

Os representantes do segmento docente da área de Ciências Humanas e o representante do segmento discente de graduação, presentes na CPA, conduzirão um processo de pesquisa das informações necessárias e úteis no processo de avaliação do projeto de Curso junto aos seus representados. A CPA analisará e encaminhará o resultado da pesquisa realizada para apresentação ao Colegiado do Curso. As conversações que se seguirem culminarão na elaboração de um relatório de avaliação do projeto de Curso.

São utilizadas também como estratégia de avaliação do projeto do Curso as avaliações do ENADE e há um processo de avaliação interna do Curso através de pesquisas quantitativas e qualitativas junto ao corpo discente, implementado pela coordenação de Curso e analisadas pelo NDE.

9.2. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem é definido pelo Regulamento Acadêmico de Graduação, arts. 66 a 73, com redação conferida pela Resolução CONGRAD/UFJF nº. 22, de 06/07/2004.

A avaliação da aprendizagem do aluno é um processo contínuo, gradativo, sistemático e integral, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e operada por modalidades adequadas à natureza e objetivos da disciplina ou conjunto de disciplinas. No Curso de Ciências Sociais, o discente é avaliado através de instrumentos como provas, seminários, sínteses de temas pertinentes às disciplinas, relatórios de estágios, além do incentivo e acompanhamento de atividades extracurriculares.

Os alunos serão avaliados quanto à assiduidade e aproveitamento. Por assiduidade, será aprovado o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% das atividades desenvolvidas na disciplina ou conjunto de disciplinas. Por aproveitamento, será aprovado, o aluno que alcançar, na disciplina ou conjunto de disciplinas, nota parcial igual ou superior a 60% da escala de notas. Considera-se nota parcial a soma dos pontos cumulativos ou média (ponderada ou aritmética) e resultará de no mínimo 3 (três) avaliações por período, sendo que nenhuma delas poderá ultrapassar a parcela de 40% do valor máximo da pontuação.

As notas atribuídas aos alunos em cada avaliação variarão de 0 (zero) a 100 (cem), e, no caso de pontos cumulativos, somarão, no máximo, 100 (cem) pontos.

As notas fracionárias serão arredondadas para a unidade imediatamente inferior ou superior, quando, respectivamente, forem inferiores a 5 (cinco) décimos ou iguais ou superiores a 5 (cinco) décimos.

No caso dos estágios e monografias a avaliação do aproveitamento será expressa em notas de 0 (zero) a 100 (cem), atribuídas a relatórios, trabalho escrito ou defesa oral, conforme determinação do respectivo plano de atividades da disciplina. O aluno que completar integralmente as atividades previstas no estágio será considerado aprovado e, em caso contrário, ser-lhe-ão dadas novas oportunidades adicionais de complementação, sendo a nota apenas expressão da qualidade do trabalho desenvolvido.

O número e as modalidades de avaliação serão previstos nas respectivas disciplinas ou conjunto de disciplinas, que serão elaborados pelos seus professores, aprovados pelos Departamentos competentes e respectivos Colegiados, e que conterão ainda, dentre outros, os seguintes elementos:

1. objetivos;
2. unidades programáticas;
3. distribuição das aulas;
4. procedimentos didáticos;
5. bibliografia.

10 – DOCENTES DO CURSO

DOCENTES	TITULAÇÃO	ÁREA DA ÚLTIMA TITULAÇÃO	VÍNCULO	JORNADA
ANDRE MOYSES GAIO	DOUTOR	História do Brasil	EFETIVO	DE
BEATRIZ DE BASTO TEIXEIRA	DOUTORA	Educação	EFETIVO	DE
CRISTINA DIAS DA SILVA	DOUTORA	Antropologia	EFETIVO	DE
DMITRI CERBONCINI FERNANDES	DOUTOR	Sociologia	EFETIVO	DE
EDUARDO ANTONIO SALOMAO CONDE	DOUTOR	Economia Aplicada	EFETIVO	DE
ELIZABETH DE PAULA PISSOLATO	DOUTORA	Antropologia Social	EFETIVO	DE
FERNANDO TAVARES JÚNIOR	DOUTOR	Sociologia	EFETIVO	DE
GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS	DOUTOR	Ciências Sociais	EFETIVO	DE
JESSE JOSE FREIRE DE SOUZA	DOUTOR	Sociologia	EFETIVO	DE
JOAO DAL POZ NETO	DOUTOR	Ciências Sociais	EFETIVO	DE
JOSE ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS	DOUTOR	Sociologia	EFETIVO	DE
LEONARDO SILVA ANDRADA	DOUTOR	Ciência Política	EFETIVO	DE
LUIZ FLAVIO NEUBERT	DOUTOR	Sociologia	EFETIVO	DE
MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA	DOUTORA	Ciências Sociais	EFETIVO	DE
MARCELO SOARES DULCI	DOUTOR	Ciências Sociais	EFETIVO	DE
MARK ANDREW CRAVALHO	DOUTOR	Antropologia	EXERCÍCIO PROVISÓRIO	DE
MARTA MENDES DA ROCHA	DOUTORA	Ciência Política	EFETIVO	DE
MARCOS ALBERTO PATRONIS	ESPECIALISTA	Ciência Política	EFETIVO	DE
PAULO CESAR PONTES FRAGA	DOUTOR	Sociologia	EFETIVO	DE
RAUL FRANCISCO MAGALHAES	DOUTOR	Ciência Política	EFETIVO	DE
ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA	DOUTORA	Antropologia Social	EFETIVO	DE
RUBEM BARBOZA FILHO	DOUTOR	Ciência Política e Sociologia	EFETIVO	DE

11 – INSTALAÇÕES.

11.1. Salas de aula

As salas de aula do Instituto de Ciências Humanas são plenamente satisfatórias para a prática de aulas expositivas e há disponibilidade de equipamentos de apoio como retroprojetores e datashows. As condições disponíveis serão ampliadas com a construção do novo prédio do ICH, que se encontra em andamento.

11.2. Laboratórios

O laboratório que atende ao Curso de Ciências Sociais é o Laboratório de Metodologia em Ciências Sociais, que se compõe de um conjunto de 11 computadores (2 estudantes por terminal). Nesse laboratório o aluno aprende principalmente a

manipular softwares de pesquisa social quantitativos e qualitativos. Há ainda, ligado à pós-graduação e utilizado também pela graduação, o Laboratório de grupos de foco, para metodologias qualitativas.

11.3. Biblioteca

O acervo à disposição dos alunos, com vistas ao atendimento às necessidades do Curso em termos de disponibilização de livros, periódicos, vídeos, CDs, DVDs, etc., estão alocados na Biblioteca Central da UFJF a quais dispõe de período de funcionamento diário adequado ao atendimento de seus usuários.

Deve-se ressaltar que a UFJF assina o Portal Capes, que cumpre o papel de disponibilizar os periódicos relevantes na área de Ciências Sociais, e tem buscado de forma contínua a atualização dos títulos existentes.

12 – POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis prioriza o apoio psicossocial ao estudante universitário, atuando como gestora das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Atenta às concepções mais avançadas que envolvem o papel da Universidade na sociedade contemporânea, a CAE toma como objetivo a construção da cidadania nos diversos segmentos que compõem a comunidade discente. Desta forma, busca incentivar, apoiar e acompanhar o estudante no decorrer de sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas sociais, técnico-científicas, e políticas.

A CAE tem por finalidade:

- Assegurar uma política de assistência ao estudante, que favoreça, ao mesmo tempo, o desempenho acadêmico e a organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante nas decisões, dentro e fora da Universidade;
- Atuar junto ao corpo discente da UFJF, procurando orientá-los em diversos campos da vida acadêmica;
- Propiciar ao estudante com vulnerabilidade socioeconômica, condições de freqüentar e concluir os Cursos oferecidos pela UFJF, observando o dever do Estado de

promover a qualificação do indivíduo para o trabalho e o exercício da cidadania.

A Gerência de Apoio Estudantil, inserida na CAE, é o setor responsável pela seleção e cadastro dos estudantes que solicitam os apoios oferecidos. Os critérios de admissão dos alunos no programa têm por base a avaliação socioeconômica e outros critérios estabelecidos por legislação própria.

Modalidades de Apoio:

A concessão do Apoio Estudantil se dá em quatro modalidades, a saber:

I - Modalidade manutenção: recebimento mensal de uma bolsa em valor estipulado por legislação própria, além de refeições gratuitas no Restaurante Universitário e transporte ida e volta centro-campus, mediante cumprimento de 12 horas semanais em programas e projetos da CAE;

II - Modalidade alimentação: refeições gratuitas no Restaurante Universitário e cantinas conveniadas, sem prestação de atividades;

III - Modalidade moradia: recebimento mensal de uma bolsa em valor estipulado por legislação própria, sem prestação de atividade. O auxílio é exclusivo para alunos provenientes de outras cidades, que não possuam residência familiar própria, alugada ou cedida em Juiz de Fora;

IV - Modalidade transporte: recebimento de vales-transporte/mês, sem prestação de atividades. O auxílio é voltado, preferencialmente, a alunos residentes em bairros periféricos de Juiz de Fora ou em cidades circunvizinhas. São usuários do Apoio Estudantil estudantes da graduação e ensino médio (Colégio de Aplicação João XXIII), regularmente matriculados na UFJF, e que preencham os requisitos de seleção socioeconômica e observada a pertinência da demanda.

A seleção para o Apoio Estudantil se dá através de Edital da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos publicado no site da UFJF.

As Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação também desenvolvem programas de apoio aos estudantes através de bolsas de incentivo a atividades acadêmicas que permitem auxílio aos estudantes carentes e que tenham bom aproveitamento em suas áreas. Considerado o ano de 2008 e todas as modalidades de bolsas ofertadas pela UFJF podemos contabilizar o montante de 1.960 alunos assistidos.

13 – POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

A Universidade Federal de Juiz de Fora criou uma Coordenação de Acessibilidade para a promoção de políticas de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Esta Comissão será responsável por elaborar um Projeto de Inclusão que participará do processo de seleção do Programa Incluir, que visa consolidar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE com ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de educação superior.

Será proposta a criação de núcleos de acessibilidade, para implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras comportamentais, pedagógicas, físicas e de comunicação entre os alunos.

Os núcleos de acessibilidade facilitarão o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.

A IES promoveu concurso público, conforme Edital nº. 029/2009 – PRORH, para a seleção de Tradutor Intérprete de Linguagens de Sinais que auxiliará nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e executará outras tarefas de mesma natureza.

Os professores e funcionários estão sendo capacitados para a recepção e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Há, ainda, proposta para a adaptação dos currículos de todos os Cursos de graduação ao Código Braille, com vista à maior inclusão dos discentes portadores de deficiência visual.

Destacamos, por fim, que o novo prédio do Instituto de Ciências Humanas – ICH foi pensado com vistas à promoção da acessibilidade, incluindo áreas de estacionamento, rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados.

14 – A DISCIPLINA “LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS”

A disciplina de *LIBRAS* será oferecida aos discentes de todos os Cursos da UFJF, como componente curricular opcional nos Bacharelados e como componente curricular obrigatório nas Licenciaturas, conforme preceitua o Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

A Pró-Reitoria de Graduação encaminhou ao Conselho de Graduação da UFJF a proposta de criação da disciplina, que foi aprovada pela Resolução CONGRAD nº. 71/2008, em anexo.

Destacamos que a disciplina de *LIBRAS* é oferecida regularmente pela Faculdade de Educação junto ao Curso de Pedagogia, constando da grade curricular como disciplina do 6º período.

Logo, os alunos do Curso de Ciências Sociais podem cursar a Língua Brasileira de Sinais nas dependências da Faculdade de Educação, bastando o requerimento de matrícula.

Ressaltamos que a UFJF criou cargos para um docente e para um intérprete de *LIBRAS*, sendo que o Professor Carlos Henrique Rodrigues e a Intérprete Carla Couto de Paula Silvério, aprovados nos concursos realizados no ano de 2009, foram nomeados pelas Portarias PRORH/UFJF/MEC nº. 972 de 21/12/2009 (item B.1.2) e nº. 985 de 29/12/2009 (item C, XIX), respectivamente.

Além disso, o plano de ensino da disciplina de *LIBRAS* está em processo de reformulação, a fim de que possa atender a todos os Cursos da instituição, presenciais e a distância.

Ocorre, ainda, o desenvolvimento de Projeto de Extensão denominado “**Metodologia de Ensino de Libras como Segunda Língua**”, Curso que visa apresentar e discutir teorias, propostas e estratégias didático-pedagógicas do ensino de primeira e segunda língua a partir da construção e aplicação de diferentes perspectivas metodológicas do ensino de língua com foco para o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes.

15 – EMENTÁRIO

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SEGUNDO CICLO ANTROPOLOGIA

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

TEORIAS ANTROPOLÓGICAS I

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Os conceitos de cultura e de sociedade como matrizes do pensamento antropológico. A crítica historicista de Franz Boas e seus desdobramentos na escola cultural norte-americana. A contribuição da Antropologia social britânica. O estruturalismo de Lévi-Strauss e a Escola Sociológica Francesa.

Programa:

1. Método indutivo e relativismo cultural
2. Cultura e personalidade
3. Estrutura social e função
4. Parentesco, política e conflito social
5. Representação, classificação e reciprocidade
6. Método fonológico e análise estrutural
7. Comunicação, inconsciente e lógica das categorias sensíveis

Bibliografia:

- BEATTIE, John. 1977. Introdução à antropologia social. 2a. ed. São Paulo: Companhia Nacional.
- BOAS, Franz. 1940. Race, language and culture. New York: Macmillan.
- BOAS, Franz. 2010. A mente do ser humano primitivo. Petrópolis: Vozes.
- BENEDICT, Ruth. s/d. Padrões de cultura. Lisboa: Livros do Brasil.
- BENEDICT, Ruth. 1972. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1978. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. s/d. Antropologia Social. Lisboa: Edições 70.
- EVANS-PRITCHARD, E. E.; FORTES, M. 1981. Sistemas políticos africanos. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- KUPER, Adam. 2008 (2005). A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito. Recife: Ed. UFPE.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1976 (1966). O pensamento selvagem. São Paulo: Nacional.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1975. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. Antropologia estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1979. Tristes trópicos. Lisboa: Edições 70.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 (1922). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).
- MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
- MEAD, Margareth. 2009. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. 1973. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes.
- TURNER, Victor W. 1974. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.
- TURNER, Victor W. 1974 (1969). O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.
- TURNER, Victor W. 2008 (1974). Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

TEORIAS ANTROPOLÓGICAS II

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

No interior da Antropologia, despontaram a partir da década de 1980 um conjunto de críticas ao “fazer antropológico” enquanto representação interessada de culturas exóticas: os usos das identidades e a diversidade cultural no mundo globalizado, a crítica feminista, a crítica política do ocidentalismo, a crítica pós-moderna ao texto etnográfico, entre outras. O curso pretende colocar em discussão essas críticas e refletir sobre certos experimentos recentes que se observa na disciplina.

Programa:

1. Razão cultural e a crítica política ao ocidentalismo
2. Cultura como texto: a crítica pós-moderna
3. Crítica às noções de sociedade e cultura
4. Relativismo e antropologia simétrica
5. Para uma antropologia “pós-social”

Bibliografia:

- CLIFFORD, James. 2002. A experiência etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- DOUGLAS, Mary. 2007 (1986). Como as instituições pensam. São Paulo: EDUSP.
- GEERTZ, Clifford. 1997. O saber local. Petrópolis: Vozes.
- GEERTZ, Clifford. 2002. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Ed UFRJ.
- GEERTZ, Clifford. 2004. Observando o Islã. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HALL, Stuart. 2003. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). 1994. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro: Rocco.
- LATOUR, Bruno. 1994 [1991]. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34.
- ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (orgs.). 1979. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAHLINS, Marshall. 1979. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar.
- SAHLINS, Marshall. 2004. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- STRATHERN, Marilyn. 2006 [1988]. O gênero da dádiva. Campinas: Ed. UNICAMP.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O nativo relativo”. *Mana*, 8 (1): 113-148.
- WAGNER, Roy. 2010 [1975] A invenção da cultura. São Paulo: Cosac e Naify.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Panorama da antropologia produzida no Brasil, de modo a apreender suas especificidades e tendências. O processo de constituição e institucionalização da disciplina. O lugar da Antropologia nos debates sobre a nação. Multiculturalismo e diversidade na sociedade brasileira. A Antropologia no Brasil e a Antropologia do Brasil

Programa:

1. Estudos sobre o negro no Brasil: relações raciais e cultura
2. Sociedades indígenas e indigenismo
3. Comunidades rurais, cultura e campesinato
4. Estudos urbanos, cultura popular e a interpretação do Brasil
5. O campo religioso e as fronteiras da alteridade

Bibliografia:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1993. Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre na década de 30. Rio de Janeiro: Editora 34.
- BASTIDE, Roger. 1973. Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva.
- CANDIDO, Antonio. 1964. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1987. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- CORREA, Mariza. 2003. Antropólogas e antropologia. Belo. Horizonte: Editora UFMG.
- DAMATTA, Roberto, 1997. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco.
- FERNANDES, Florestan. 1975. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes.
- FREYRE, Gilberto. 1980 (1930). Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GALVÃO, Eduardo, 1955. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá – Baixo Amazonas. São Paulo: Nacional.
- GROSSI, Miriam; TASSINARI, A.; RIAL, C. 2006. Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra.
- MELATTI, Julio Cezar. 1986-1990. A Antropologia no Brasil: um roteiro. BIB, 15-19, p. 123-211.
- MICELI, Sergio. (org). 2001. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Sumaré.
- OLIVEIRA, Roberto C. 1988. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Paulo: Edusp.
- PEIRANO, Mariza. 1992. Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Brasília: UnB.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- TRAJANO FILHO, W. & RIBEIRO, G. L. (orgs). 2004. O campo da Antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: ContraCapa/ABA.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999, “Etnologia Brasileira”, in MICELI, S. (org.), As Ciências Sociais no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Sumaré, ANPOCS; Brasília, CAPES, p. 109-223.
- WAGLEY, Charles, 1977 (1953). Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Nacional; Brasília: INL.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

MÉTODO ETNOGRÁFICO

Carga horária: 60 horas/aula + 30 horas de prática

Ementa:

O curso tem por objetivo apresentar o método etnográfico e discutir as questões relacionadas à pesquisa em Antropologia. Como atividade prática, serão propostos exercícios de “observação participante” e de descrição etnográfica.

Programa:

1. Teoria e pesquisa em Antropologia
2. Dados, descrição e comparação
3. Do trabalho de campo ao texto etnográfico
4. A experiência de observação participante

Bibliografia:

- BATESON, Gregory. 2008 (1936, 1958). *Naven*. São Paulo: Edusp.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. 2007. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes.
- BECKER, Howard S. 1993. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BOTH, Elizabeth. 1976. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CARDOSO, Ruth (org.). 1986. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DA MATTA, Roberto. 1978. “O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”, in E. O. NUNES (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. 1978. *A reconstituição da realidade: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski*. São Paulo: Ática.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. s/d. “Trabalho de campo e tradição empírica”, in: *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, p. 67-85.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). 1987. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. M.(org.). 1998. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papius.
- GEERTZ, Clifford. 1978. “Descrição densa: por uma teoria interpretativa das culturas”, in *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-41.
- GODELIER, M.; CRESSWELL, R. 1976. *Outils d'enquete et d'analyse anthropologiques*. Paris: François Maspero.
- GROSSI, Miriam. 1992. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- HAMMERSLEY, Martyn & ATKISON, Paul, 1983. *Ethnography: principles in practice*. London/New York: Tavistock.
- LAPLANTINE, François. 2002. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem.
- LATOUR, Bruno, 2001. “Referência circulante: amostragem do solo na floresta Amazônica”, in *A esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC, p. 39-96.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 (1922). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).
- MAUSS, Marcel. 1972. *Manual de etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico
- PEIXOTO, Fernanda Áreas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). 2004. *Antropologia, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- RABINOW, Paul. 1977. *Reflections on fieldwork in Marocco*. Berkeley: University of California Press.
- REAL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. 1973. *Guia prático de antropologia*. São Paulo: Cultrix.
- SANTOS, Vagner Gonçalves. 2005. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP.
- SPERBER, Dan. 1992. *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70.



- TAUSSIG, Michael. 1993. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VELHO, Gilberto. 1978. "Observando o familiar", in E. O. Nunes (org.) A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46.
- WHYTE, William Foote. 2005. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.



DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O programa e a bibliografia desta disciplina contemplarão reflexões teóricas avançadas, temáticas específicas, autores selecionados ou resultados de pesquisas recentes, a critério do professor responsável.

Bibliografia:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

DISCIPLINA OPTATIVA

ETNOLOGIA INDÍGENA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso proporciona uma introdução aos estudos de Etnologia Indígena, destacando as questões que interessam às sociedades e culturas das terras baixas sul-americanas: ao lado de temas considerados clássicos, como parentesco, guerra, mito, ritual e xamanismo, prosperam também investigações acerca de aspectos históricos, intercâmbios econômicos, relações étnicas e transformações indígenas.

Programa:

1. História e regimes de historicidade
2. O Estado e os índios
3. Estruturas e sistemas de parentesco ameríndios
4. Xamanismo e ritual
5. Corpos, pessoas e grupos
6. Produção, troca e redes comerciais
7. Transformações indígenas

Bibliografia:

- ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (orgs). 2000. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado; Paris: IRD.
- BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1993. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC/PMSP.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, 1978. *Os mortos e os outros*. São Paulo: Hucitec.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac e Naify.
- CLASTRES, Pierre. 1978. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DESCOLA, Philippe. 1986. *La nature domestique: symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme.
- FERNANDES, Florestan. 1975. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1964-1971. *Mythologiques*, vols. I a IV (Le Cru et le cuit, 1964; Du miel aux cendres, 1966; L'Origine des manières de table, 1968; L'Homme nu, 1971). Paris: Plon.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1993 (1991). *História de lince*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 2004. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- RIBEIRO, Darcy. 1979. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes.
- SCHADEN, Egon. (org.). 1976. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Nacional.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ANPOCS.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999. "Etnologia brasileira", in: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES (v.1, Antropologia).
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1993. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII/USP/Fapesp.
- WRIGHT, Robin M. (org.). 1999, 2004. *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Vols. I e II. Campinas: Editora da UNICAMP.

DISCIPLINA OPTATIVA

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

A contribuição das populações africanas no processo de formação da sociedade e da cultura brasileiras. A escravidão, na Colônia e no Império. República, racismo e “democracia racial”. Culturas e religiões afro-brasileiras no cenário nacional. Relações raciais, territórios e identidades sociais.

Programa:

1. Tráfico negreiro, diásporas africanas e escravidão
2. Religiosidades e religiões afro-brasileiras
3. Territorialidades, identidades, memórias
4. Racismo, desigualdade e preconceito
5. Culturas africanas e diversidade brasileira
6. Afro-descendentes no Brasil atual

Bibliografia:

- BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1988. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense.
- BASTIDE, Roger. 1971. As religiões africanas no Brasil. 2 vol. São Paulo: Pioneira.
- BASTIDE, Roger. 1983. Estudos afro-brasileiros. São Paulo. Perspectiva.
- CUNHA, Manuela Carneiro. 1985. Negros estrangeiros. São Paulo: Brasiliense.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. 1974. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática.
- FREYRE, Gilberto. 1980 (1930). Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio.
- NOGUEIRA, Oracy. 1998. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp.
- ORTIZ, Renato. 1978. A morte branca do feiticeiro negro. Rio de Janeiro: Vozes.
- PIERSON, Donald. 1971. Brancos e prêtos na Bahia. São Paulo: Nacional.
- RAMOS, Arthur. 1940. O negro brasileiro. São Paulo: Nacional.
- RODRIGUES, Nina. 1977. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Editora Nacional.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1987. Retrato em branco e negro. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras.
- VELHO, Yvone. 1992. Medo de feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- VERGER, Pierre. 1987. Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX. São Paulo: Corrupio.
- WAGLEY, Charles (org.). 1952. Races et classes dans le Brésil rural. Paris: Unesco.

DISCIPLINA OPTATIVA

ANTROPOLOGIA URBANA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O fenômeno urbano, sua reflexão teórica específica e as ferramentas de análise para o estudo da dinâmica cultural na moderna sociedade urbano-industrial. As perspectivas e os obstáculos à utilização dos conceitos e métodos da Antropologia no estudo da civilização ocidental – lugar de origem da disciplina e, em geral, do próprio pesquisador. A organização social do espaço e a análise antropológica de indivíduos, grupos e redes sociais na cidade. Formas urbanas de sociabilidade e a metrópole. Relações familiares, o mundo do trabalho e os espaços de lazer; as representações e apropriações heterogêneas do cenário urbano por atores e grupos diferenciados – estabelecidos, neófitos, exóticos e desviantes.

Programa:

1. Pesquisa de campo nas cidades
2. Redes sociais e trajetórias urbanas
3. Indivíduo e sociedade
4. Mobilidade e mudança social
5. Sociabilidade e estilos de vida

Bibliografia:

- AUGÉ, Marc. 1994. Não-lugares, por uma antropologia da supermodernidade, São Paulo: Papyrus.
- BECKER, Howard S. 1977. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECKER, Howard S. 2008. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BHABHA, Homi K. 1998. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BOTH, Elizabeth, 1976. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus.
- CAIAFA, Janice, 1985. Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CALDEIRA, Tereza. 2000. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34.
- CARDOSO, Ruth (org.). 1986. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DA MATTA, Roberto, 1991. A casa & a rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- DUMONT, Louis. 1985 (1980). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.
- DUMONT, Louis. 2000. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica Bauru: EDUSC.
- DURHAM, Eunice, 1980. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in R. CARDOSO (org.), A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-38.
- DURHAM, Eunice, 1978. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. 2000. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FELDMAN-BIANCO, B. 1987. Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global.
- FREYRE, Gilberto. 1990. (1936) Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Editora Record.
- LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. 1977. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar.
- MAGNANI, J. G. C., 1984. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lílian de Lucca. 1996. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- VALADARES, Licia do Prado (org). 2005. A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- VELHO, Gilberto, 1973. A utopia urbana. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto, 1985. (org.), Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.



VELHO, Gilberto. 1997. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Otávio (org.). 1973. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar.

WHYTE, William Foote. 2005. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DISCIPLINA OPTATIVA

ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Representações e práticas em torno do corpo, da saúde e da doença. Corporalidade, subjetividade e cultura. Estética e técnicas de mudanças corporais. Racionalidade e crença; os sistemas médicos ocidentais e não-ocidentais. Experiência e interpretação da doença e do sofrimento; práticas e tecnologias terapêuticas.

Programa:

1. Corpo, emoções e símbolos
2. Gênero e sexualidade
3. A doença, as terapias e o papel do paciente
4. Indivíduo, estética e tecnologias corporais
5. Ritual, eficácia e cura

Bibliografia:

- ALMEIDA, Miguel Vale de (org.). 1996. *Corpo Presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta Editora.
- BOLTANSKI Luc. 1979. *As classes sociais e o corpo*. Graal: Rio de Janeiro.
- BOUCHILLET, Dominique. (org.). 1991. *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP.
- BUTLER, Judith. 2003. *O problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CSORDAS, Thomas. 1994. *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. New York: Cambridge University Press.
- DOUGLAS, Mary. 1976 (1966). *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- DOUGLAS, Mary. 1996 (1970). *Natural symbols: explorations in cosmology*. London; New York: Routledge.
- DUARTE, L. F. & LEAL, O. F. (org.). 1998. *Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- FOUCAULT, Michel. 1997. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- LAPLANTINE F. 1986. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes.
- LE BRETON, David. 2003. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papius.
- LE BRETON, David. 2009. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- LE BRETON, David. 2011. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- LEAL, Ondina Fachel (org.). 1995. *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS.
- MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PARKER R & BARBOSA R. 1996. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará.
- RODRIGUES, José Carlos. 1979. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- RODRIGUES, José Carlos. 1999. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- ROSALDO, Michelle. 1984. "Toward an anthropology of self and feeling". In: R. SHWEDER e R. LEVINE (orgs.). *Culture theory: essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e alma*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DISCIPLINA OPTATIVA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Os estudos sobre organização social e parentesco oferecem um conjunto de conceitos e debates teóricos fundamentais para a reflexão antropológica. O curso apresenta os instrumentos analíticos e as teorias do parentesco (método genealógico, terminologias e sistema de atitudes), situando-os com relação aos modelos de organização social. Notações, diagramas e vocabulários. Os novos recursos computacionais utilizados no registro de genealogias e na interpretação de sistemas de parentesco. Abordagens e exemplos da “teoria da descendência” funcionalista e da “teoria da aliança matrimonial” de cunho estruturalista. Parentesco e redes sociais. Questões atuais, técnicas e métodos de pesquisa.

Programa:

1. O campo do parentesco: genealogias e terminologias; categorias de classificação; casamento e organização social.
2. A teoria da descendência: parentesco, residência e segmentaridade; estrutura social e sistemas de parentesco; parentela e grupo doméstico.
3. A teoria da aliança: família e incesto; reciprocidade e casamento; estruturas elementares do parentesco.
4. Estruturas semi-complexas e complexas: terminologias crow e omaha; parentesco na sociedade capitalista; análise de redes sociais.
5. Parentesco e aliança na América do Sul: terminologias, atitudes e regras.

Bibliografia:

- AUGÉ, Marc (org.). 1978. Os domínios do parentesco. Lisboa: Edições 70.
- DUMONT, Louis. 1975. Introducción a dos teorías de la antropología social. Barcelona: Anagrama.
- FORTES, Meyer. 1958. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (“Introduction”, The developmental cycle in domestic groups, ed. Jack Goody. Cambridge Papers in Social Anthropology).
- FOX, Robin. 1986. Parentesco e Casamento. Lisboa: Vega.
- FREEMAN, J. D. 1961. “On the concept of kindred”. Journal of the Royal Anthropological Institute, t. 91.
- GHASARIAN, Christian. 1999 (1996). Introdução ao estudo do parentesco. Lisboa: Terramar.
- HÉRITIER, Françoise. 1989. “Parentesco” e “Incesto”, in Enciclopédia Einaudi, vol 20 (Parentesco). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 27-80, 95-124.
- LARAIA, Roque de Barros (org.). 1969. Organização social. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEACH, Edmund. 1989. “Dívidas, relações, poder”, in A diversidade da antropologia. Lisboa: Edições 70, p. 143-167.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1966 (1956). “A família”, in O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70, p. 69-98.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982 (1949). As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes (Antropologia, 9).
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1983. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MOLINA, José Luis. 2001. El análisis de redes sociales: una introducción. Barcelona: Bellaterra.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1973. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes.
- RADCLIFFE-BROWN, R. & FORDE, D. (org.). 1982. Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- RIVERS, W. H. R. 1991. A antropologia de Rivers. Campinas: Unicamp.
- SEGALÉN, Martine. 1992 (1981). Antropología histórica de la familia. Madrid: Santillana.
- SILVA, Marcio Ferreira. 2004. “Parentesco e organização social na Amazônia: um rápido esboço”. Anuario de estudios americanos, 61 (2): 649-679.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. Antropologia do parentesco: estudos Ameríndios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

DISCIPLINA OPTATIVA

PESSOA, INDIVÍDUO E MODERNIDADE

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

As construções históricas e representações de pessoa e indivíduo no pensamento social. A problemática do holismo/individualismo e a concepção de pessoa e indivíduo. A vivência de pessoa e indivíduo em sociedades tradicionais. Cosmologias do individualismo ocidental.

Programa:

1. Fundamentos antropológicos do estudo de Pessoa
2. Regimes disciplinares do corpo e subjetivação
3. Interação pessoa/coletividade
4. Identidade e intersubjetividade

Bibliografia:

- BUTLER, Judith. 2003. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. 2004. "Honra, dignidade e reciprocidade". Série Antropologia, 344. Brasília, UnB/Departamento de Antropologia.
- DUMONT, Louis. 1985 (1980). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.
- DUMONT, Louis. 2000. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC.
- ELIAS, Norbert. 1993. O processo civilizador. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. 1994. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel. 1976-1984. História da sexualidade. Vols. I a III (A vontade de saber, 1976; O uso dos prazeres, 1984; O cuidado de si, 1984). Rio de Janeiro: Graal.
- GEERTZ, Clifford. 1978. "Pessoa, tempo e conduta em Bali". In: A Interpretação das Culturas. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 277-225.
- GOLDMAN, Marcio. 1996. "Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa". Revista de Antropologia, v.39 (1), p.83-109.
- MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
- SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS de CASTRO, V. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. Boletim do Museu Nacional (Série Antropologia), n. 32, p. 2-19.
- SIMMEL, Georg. 2006. Questões fundamentais de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VELHO, Gilberto .1981. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto. 1994. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. 1979. "A fabricação do corpo na sociedade xinguaná". Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, n. 32, p. 40-49.
- VIVEIROS de CASTRO, E.; BENZAQUEN DE ARAÚJO, R. 1977. "Romeu e Julieta e a Origem do Estado". In: VELHO, Gilberto. Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar, p.130-169.

DISCIPLINA OPTATIVA

GÊNERO E SEXUALIDADE

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa: O objetivo principal do curso é aprofundar nos estudos de gênero e sexualidade, explorando o impacto das teorias feministas na antropologia contemporânea e suas interfaces com os temas: “poder”, “sexualidade”, “corpo”, “violência” e “família”. Os estudos de gênero compõem um campo de debates em torno dos desafios envolvidos na rejeição dos determinismos biológicos implícitos no uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”, bem como na capacidade de alargar a compreensão dos aspectos relacionais e culturais das construções do “feminino” e do “masculino”, entendendo que essas construções são produtos, mas também produtoras de espaços para práticas sociais e relações de poder.

Programa:

1. Gênero e diversidade cultural
2. Sexo e gênero
3. Gênero e relações de poder
4. Sexualidade como “dispositivo” ou construção social
5. Tecnologias do corpo e processos de corporificação
6. Violência e gênero
7. Teorias contemporâneas sobre família

Bibliografia:

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina.
- CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1993.
- DURHAM, Eunice. “Família e Reprodução Humana”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher n.3*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp.19-50.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e Impasses – O feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Família”, In: Harry L. Shapiro. *Homem, Cultura e Sociedade*, São Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1956.
- MacCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge, 1995.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.
- MALINOWSKI, B.. *A Vida sexual dos Selvagens*, Rio de Janeiro, Fransico Alves.
- MOORE, Henrietta. “Understanding sex and gender”, In: Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): p.5-22, jul/dez., 1990.
- SRATHERN, Marilyn. “Necessidades de pais, Necessidades de Mães”. In: *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, vol.3, n.2/1995.
- THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (org.). *Rethinking the family, some feminist questions*, Boston: Northeastern University Press, 1992.



VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 1995.

DISCIPLINA OPTATIVA

TEMAS DE ANTROPOLOGIA GERAL

Ementa:

O programa e a bibliografia desta disciplina contemplarão estudos teóricos, questões específicas, autores selecionados ou resultados de pesquisa, a critério do professor responsável.

Bibliografia:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

DISCIPLINA OPTATIVA

ANTROPOLOGIA E PROCESSOS EDUCATIVOS

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso tem por objetivo estabelecer um diálogo entre Antropologia e Educação, bem como uma reflexão sobre processos educativos em diferentes contextos sociais. A partir da análise da cultura como orientadora da percepção e significação da realidade, alguns temas se destacam neste diálogo entre socialização e aprendizagem, entre cultura e educação, a exemplo dos processos interculturais infantis e os sistemas educativos informais, e da instituição escolar enquanto espaço de convívio, de confronto, campo de sociabilidade e alteridade.

Programa:

1. Cultura e socialização
2. Processos educativos e contextos culturais
3. Literacia e a oralidade como formas sociais
4. A escola enquanto campo de sociabilidade e alteridade
5. As tensões entre o singular e o universal no projeto educativo

Bibliografia:

- BERGER, Peter & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978
- BORDIEU, Pierre. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.
- DAUSTER, Tania (Org.). *Antropologia e educação*. Um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Forma&Ação, 2007
- DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Na sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- ERNY, P. *Etnologia da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- FREINET, Celestin. *Para uma escola do povo*. São Paulo: Martins Fontes, XXXGALLI, Matilde C. *Antropologia culturale e processi educativi*. Scandicci (Firenze), Nuova Italia, 1993.
- GOODY, Jack. *The interface between the Written and the Oral*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1987.
- GUSMÃO, Neusa M. (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003. p. 83-105.
- LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.
- MARIET, F. (Org.). *L'enfant, la famille et l'école*. Paris: ESF, 1981.
- MAKARENKO, Anton. *Poema pedagógico*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- MEAD, Margareth. *Growing up in New Guinea. A comparative study of primitive education*. New York: Harper Collins, 2000
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1995.
- ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Temas & Educação, 10)
- SILVA, Luiz H. et alii (orgs.). *Novos mapas culturais. Novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre, Sulina/SME, 1995
- TEVES, Nilda (org.). *Imagário social e educação*. Rio de Janeiro, Gryphus/FE.UFRJ, 1992.

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SEGUNDO CICLO SOCIOLOGIA

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso apresenta as linhas mestras de formação do pensamento sociológico. A partir do contexto de formação das grandes questões que presidem o debate em Sociologia, enfatiza autores e temas, clássicos e contemporâneos, indicando as “escolas” formativas a partir de contextos histórico culturais e eixos temáticos.

Programa:

1. Introdução: a construção de uma disciplina – os clássicos e suas conseqüências.
2. Mapeando tradições e correntes: a sociologia como campo reflexivo; organizando o campo – tradições de reflexão sociológica.
3. Conflito, tradição alemã e marxismo: Marx e o marxismo; Weber; Simmel.
4. Escola francesa e seus desdobramentos: Durkheim; Mauss; Parsons; Bourdieu.
5. Tradição inglesa, utilitarismo e racionalidade objetiva: racionalidade como unidade de análise; escolha pública, ação coletiva, teoria dos jogos; limites da racionalidade.
6. Interação: Blummer; Garfinkel; Goffman.
7. Caminhos contemporâneos: a sociologia.

Bibliografia:

- ADORNO, Theodor. 2008. Introdução a Sociologia. São Paulo: UNESP.
- ALEXANDER, Jeffrey. 1999. A importância dos clássicos. In: A. GIDDENS; J. TURNER (orgs.). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, p.23-90.
- ARON, Raymond. 1987. As etapas do pensamento sociológico. Brasília: UnB.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. 2009. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERGER, P.; LUCKMAN, 1987. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.
- BLUMER, Herbert. 1986. Symbolic interactionism: perspectives and method. Los Angeles: California University Press.
- BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. 1980. História da análise sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOUDON, Raymond (org.). 1995. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. 200. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.
- COLEMAN, James. 1990. Foundations of social theory. Cambridge: Harvard University Press.
- COLLINS, Randall. 2010. Quatro tradições sociológicas. Petrópolis: Vozes.
- DURKHEIM, Emile. 1984. A divisão do trabalho social. 2vols. 2a. ed. Lisboa Presença.
- ELIAS, Norbert. 1994. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELSTER, JON. 1989. The cement of society. Cambridge: Cambridge University Press.
- GARFINKEL, Harold. 1984. Studies in ethnomethodology. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony. 1998. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp.
- GIDDENS, A.; TURNER, Jonathan. 1999. Teoria social hoje. São Paulo: UNESP.
- GOFFMAN, Irving. 1975. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes.
- HABERMAS, Jürgen. 1987. Teoria da la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social. 2 vols. Madrid: Taurus.
- LEVINE, Donald. 1997. Visões da Tradição Sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARX, Karl. 2002. O capital. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- MAUSS, Marcel. 2001. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições 70.
- OLSON, Mancur. 1999. A lógica da ação coletiva. São Paulo: EDUSP.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. 1999. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PARSONS, Talcott. 2010. A Estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes.
- SIMMEL, George. 2004. The philosophy of money. New York: Routledge.
- TURNER, Jonathan. 1988. A theory of social interaction. Stanford: Stanford University Press.
- WEBER, Max. 1991. Economia e sociedade. Brasília: UnB.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

TEORIAS DA SOCIALIZAÇÃO

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso discute o conceito de socialização, considerando as significações diferenciadas que diversas abordagens e autores atribuem ao termo para enfatizar os processos interativos, formativos e de construção social.

Programa:

1. Socialização e moralidade em Durkheim: a moral laica; o espírito da disciplina; vinculação aos grupos sociais.
2. Parsons, a socialização e a teoria dos sistemas: o ator como unidade básica das relações sociais; ação e as finalidades da ação; socialização e a integração do sistema.
3. Socialização em Bourdieu: habitus e trajetória social; identificação e habitus; classes Sociais e habitus.
4. Socialização e transformação social: socialização secundária e a socialização primária; interação social na vida cotidiana; institucionalização e legitimação; interiorização e estrutura social.
5. Socialização e construção de identidades: processo biográfico e processo relacional; identidade como espaço tempo geracional; socialização profissional; experiência social, reflexividade e trajetórias.

Bibliografia:

- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. 1987. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.
- DUBAR, Claude. 2005. A socialização. construção das idéias sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes.
- DUBET, François. 1996. Sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget.
- DUBET, François. 2002. El declive de la institución. Buenos Aires: Editorial Edisa.
- DURKHEIM, Emile. 1984. A divisão do trabalho social. 2vols. 2a. ed. Lisboa Presença.
- DURKHEIM, Emile. 2000. O suicídio. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Emile. 2008. A educação moral. Petrópolis: Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. 2008. O poder simbólico. São Paulo: DIFEL.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. 2008. A reprodução. Petrópolis: Vozes.
- PARSONS, Talcott. 2010. A estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes.
- PARSONS, Talcott; BALES, R.F. 1955. Family, socialization and interaction process. Glencoe: Free Press.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

CULTURA, IDEOLOGIA E MODERNIDADE

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Problemas teóricos e metodológicos na constituição de um modelo de explicação sociológica aplicável aos domínios da vida cultural. As contribuições dos principais estudiosos voltados ao estudo das relações entre a cultura e o processo civilizatório moderno. A partir da consideração dos problemas centrais de interpretação na área, pretende-se construir inferências analíticas, tendo em vista conformar o campo próprio deste tipo de reflexão sociológica.

Programa:

1. A cidade como *lócus* formador do caráter moderno cultural.
2. Processo civilizatório moderno e interpretação sociológica da cultura.
3. Classificações, desclassificações simbólicas e os limites da legitimidade.
4. Para uma sócio-análise do poder simbólico.
5. Fundamentações da modernidade: o moderno e o modernismo.
6. Fundamentos culturais da sociedade: análise da cultura e análise da sociedade.
7. Problemas da interpretação: análise interna e análise externa; crítica imanente e crítica transcendente.
8. Tratamento da forma e das linguagens: questões da representação e pós-modernismo.

Bibliografia:

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1985.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução", IN: *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas: Os Pensadores – Vida e Obra*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1980, pp. 3-28.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2.ª edição, 2007.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. São Paulo, Editora LTC, Quarta Edição, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001.
- JAMESON, Frederic. *O Inconsciente Político. A Narrativa como Ato Socialmente Simbólico*. São Paulo, Ed. Ática, 1992
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2.ª edição, 1972.
- SCHORSKE, Carl. *Pensando com a História. Indagações na Passagem para o Modernismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SIMMEL, Georg. "As grandes cidades e a vida do espírito". IN: *Mana*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, número 11 (2), 2005, pp. 577-591.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

SOCIOLOGIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Carga horária 60hs/aula

Ementa:

O objetivo é discutir as principais contribuições produzidas pela reflexão sociológica sobre o Brasil contemporâneo, discriminando temas e obras relevantes, bem como os suportes metodológicos mobilizados pelos autores escolhidos.

Programa:

Aspectos da formação do pensamento social e da institucionalização da sociologia no país
Interpretações e pesquisas sobre as transformações, as instituições e as dinâmicas da sociedade brasileira no Século XX.

Interpretações e pesquisas sobre as novas configurações e processos sociais no Brasil dos nossos dias

Bibliografia:

- CARDOSO, Adalberto. 2010. A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, FGV,
FERNANDES, Florestan. 1975. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.
FERNANDES, Florestan. 1980. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes.
VILLAS BOAS, Glaucia. 2006. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
HASENBAG, Carlos; SILVA, Nelson Valle. 2004. Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks.
IANNI, Octávio. 1989. Sociologia da sociologia. São Paulo, Ática.
LAVALLE, Adrián Gurza. 2004. Vida pública e identidade nacional. São Paulo: Globo.
MARTINS, Heloisa H. Teixeira de Souza. 2010. Horizontes das Ciências Sociais (Sociologia). São Paulo: ANPOCS.
MICELLI, Sérgio (org.). 1999. O que ler na ciência social brasileira. 2ª ed. São Paulo: Sumaré/Anpocs.
MICELLI, Sérgio (org.). 1995. História das ciências sociais no Brasil. 2 vols. São Paulo: IDESP/Vértice.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1988. Paradoxos do liberalismo. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1993), As Razões da Desordem. Rio de Janeiro, Rocco.
SCHWARTZMAN, Simon. 1982. Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
SORJ, Bernardo. 2001. A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
SORJ, Bernardo. 2000. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
SOUZA, Jessé (org.). 1999. O malandro e o protestante. Brasília: UNB.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIOLÓGICA

Carga horária 60hs/aula + 30h/aula de prática

Ementa:

A disciplina pretende oferecer ao estudante uma introdução à metodologia da pesquisa sociológica, destacando seus objetivos descritivos, preditivos e explicativos, abordando os fundamentos conceituais e empíricos da pesquisa, a formulação de questões e a escolha de desenhos de pesquisa, assim como os métodos mais usados na coleta, tratamento e análise de dados, tanto qualitativos quanto quantitativos.

Programa:

1. Fundamentos conceituais e empíricos da pesquisa sociológica
2. Lógica explicativa: relações, causas e mecanismos sociais
3. Questão de pesquisa e desenhos de pesquisa
4. Métodos de pesquisa quantitativa
5. Métodos de pesquisa qualitativa
6. Transcendendo a divisão quantitativa / qualitativa
7. Análise de dados qualitativos
8. Análise de dados quantitativos: uma e duas variáveis
9. Análise de dados quantitativos: múltiplas variáveis

Bibliografia:

- BABBIE, Earl. 1999. Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BRANTE, Thomas. 2001. "Conseqüências do realismo na construção de teoria sociológica". Sociologia: problemas e práticas, n. 36, p. 9-38.
- BRYMAN, Alan. 2001. Social research methods. Oxford: Oxford University Press.
- ELSTER, Jon. 1994. Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.
- FLICK, Uwe. 2004. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.
- MAY, Tim. 2004. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed.
- NEUMAN, W. Lawrence. 2000. Social research methods. 4. ed. Boston: Allyn and Bacon.
- PHAIR, ANDERSON, BLACK e TATHAM. 2009. Análise multivariada de dados. São Paulo: Bookmann.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. 2009. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3a. ed. São Paulo: Atlas.
- ROSENBERG, Morris. 1976. A lógica da análise do levantamento de dados. São Paulo: Cultrix.
- SCHUTT, Russel K. 2006. Investigating the social world. 5. ed. Thousand Oaks: Pina Forge Press.
- SILVA, Augusto Madureira; PINTO, José Madureira (orgs.). 1989. Metodologia das ciências sociais. 3a. edição. Porto: Afrontamento.
- WRIGHT, Erik et alii. 1993. Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história. Rio de Janeiro: Vozes.

DISCIPLINA OPTATIVA

SOCIOLOGIA E ECONOMIA: DIÁLOGOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Carga horária 60hs/aula

Ementa:

Discutir a interface entre Ciências Sociais e Economia, através da aplicação da sociologia à análise dos fenômenos econômicos, de modo a destacar como as ações econômicas (concernentes à produção, distribuição, troca e consumo) estão circunscritas pela escassez dos recursos que as sustentam e pelas características da estrutura social e das estruturas de significados, social e culturalmente produzidas.

Programa:

1. Introdução: o campo sociologia econômica.
2. O debate clássico/moderno em torno do capitalismo: Marx e Weber, Pareto e Veblen; os neoclássicos e o mercado como agente decisivo; bases sociais da economia em Keynes e Schumpeter.
3. Limites da economia (e da sociologia): limites da economia, de Mauss a Polanyi; política versus mercado: a produção de bem estar.
4. A “nova” sociologia econômica: sociologia política da economia: Bourdieu; Granoveter e Steiner.
5. Conclusão: uma construção social do mercado.

Bibliografia:

- ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. “Entre Deus e o Diabo: mercado e interações humanas nas ciências sociais”. *Tempo Social*, vol. 16, n.2.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: R. ORTIZ (org.), Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, p. 82-121.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. “É possível um ato desinteressado?” In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, p.137-156.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. 1994. “Welfare States and the Economy”. In N. SMELSER; R. SWEDBERG, (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton Univ. Press, p. 711-732.
- FLIGSTEIN, Neil. 2001. “Mercado como política: uma abordagem político cultural das instituições de mercado”. *Contemporaneidade e Educação*, 9, p. 26-55.
- GRANOVETER, Mark and SWEDBERG, Richard. 1992. *The sociology of economic life*. Colorado: Westview Press.
- GRANOVETER, Mark. 2007. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE eletrônica*. FGV-SP, v. 6, n.1.
- KEYNES, JOHN M. 1992. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Atlas.
- LEYS, Colin. 2004. *A política a serviço do mercado*. Rio de Janeiro: Record.
- MARX, Karl. 2002. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valor. In: *O Capital* (Vol. 1, Cap. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 211-231.
- MAUSS, Marcel. 2001. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- POLANYI, Karl. 2000. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- RAUD, Cecile. 2003. “A construção social do mercado em Durkheim e Weber. uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica”. *Cadernos de Pesquisa*, PPGSP/UFSC, 34.
- SCHUMPETER, Joseph. 1988. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- SMELSER, Neil and SWEDBERG, Richard (eds). 1994. *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton Univ. Press.
- SWEDBERG, Richard. 2004. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, 16(2), p. 7-34.
- STEINER, Philippe. 2004. “A doação de órgãos. A lei, o mercado e as famílias”. *Tempo Social*, vol. 16, n. 2.
- STEINER, Philippe. 2006. *Sociologia econômica*. São Paulo: Atlas.
- VEBLEN, Thorstein. 1965. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Pioneira.
- WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB.

DISCIPLINA OPTATIVA

SOCIOLOGIA URBANA: CIDADE E POLÍTICAS URBANAS

Carga horária 60hs/aula

Ementa:

Oferecer aos alunos oportunidade de conhecimento e debate dos principais temas tratados pela Sociologia Urbana, desde sua constituição como campo das Ciências Sociais até sua aplicação mais recente no planejamento urbano e políticas públicas. A trajetória compreende também o diálogo com o Urbanismo e Planejamento Urbano, áreas de aplicação da Sociologia. A disciplina deve propiciar aos alunos uma experiência de pesquisa na área.

Programa:

1. A sociologia urbana na escola de Chicago.
2. Novos temas e novas visões sobre a cidade.
3. Sociologia urbana e urbanismo.
4. Sociologia urbana e planejamento urbano.

Bibliografia:

- ARANTES, Otília. 2001. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2a. ed. São Paulo: EDUSP.
- BONDUKI, Nabil (org.). 1996. Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel.
- CARDOSO, Adauto (org.). 2001. Cadernos do programa Habitar-Brasil-BID. Vol.1. Brasília/Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ & Ministério do desenvolvimento Urbano.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. 2001. Notas metodológicas sobre o déficit habitacional. Rio de Janeiro: IPPUR, UFRJ.
- CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. 2007. Proposta de Política Municipal de Habitação – Juiz de Fora. Juiz de Fora: CPS/UFJ.
- CHOAY, Françoise. 1992. O urbanismo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva.
- CONNIFF, Michael. 2006. Política Urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- EUFRÁSIO, Mário. 1999. Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP/Editora 34.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2005. Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- GIDDENS, Anthony. 2005. Sociologia. Porto Alegre: Artmed.
- HAROUËL, Jean-Louis. 1990. História do urbanismo. Campinas: Papirus.
- LACAZE, Jean-Paul. 1993. Os métodos do urbanismo. Campinas: Papirus.
- LOPES, Rodrigo. 1998. A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad.
- MARICATO, Ermínia. 2003. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. n. 48, v. 17, . 151-167.
- MARICATO, Ermínia. 2000. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. n. 4, v. 14, p. 21-33.
- OLIVEN, Ruben G. 1992. A Antropologia de grupos urbanos. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- PARK, Robert E. 1987. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O. VELHO, Otávio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.
- PASTERNAK TASCHNER, Suzana. 2003. O Brasil e suas favelas. In: P. ABRAMO (org.), A Cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras/FAPERJ, p. 13-42.
- PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 1999. “Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14, n. 40, p. 143-162.

- RIBEIRO, Luiz César de Q.; CARDOSO, Adauto L.; LAGO, Luciana C. do. 2003. Necessidades habitacionais: déficit habitacional e inadequação habitacional. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 2007. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. Sociedade e Estado. Brasília, Vol. 22, n. 3, p. 525-544.
- SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno (coords.). 1985. Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo: Projeto.
- SIMMEL, George. 1987. A metrópole e a vida mental. In: O VELHO (ORG.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.
- SUSSER, Ida (ed.). 2001. La sociología urbana de Manuel Castells. Madri: Alianza Editorial.
- TORRES, Haroldo da Gama. 2004. “Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, n. 54, p. 41-56.
- VELHO, Otávio. 1987. O fenômeno urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- WIRTH, Louis. 1987. “O urbanismo como modo de vida”. In: o. velho (ORG.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.
- WIRTH, Louis. 1973. “Os desafios da cidade e da metrópole”. In: F. FERNANDES (org.), Comunidade e Sociedade. São Paulo: Nacional/EDUSP, p. 501-14.

DISCIPLINA OPTATIVA

SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA

Carga horária 60hs/aula

Ementa:

Explicações sociológicas sobre o fenômeno da violência. A violência no Brasil contemporâneo. A violência e os padrões de sociabilidade no Brasil. A violência e suas repercussões sobre a juventude, a saúde pública, a organização territorial, a exclusão social.

Programa:

1. Os conceitos de violência, crime e desvio
2. O crescimento da violência desde o fim do século 20
3. Agressores e agredidos
4. Violência e cultura
5. Violência, poder e controle social

Bibliografia:

DADOUN, Roger. 1998. A violência. São Paulo: Difel.
MICHAUD, Yves. 1989. A violência. São Paulo: Ática.
PAIVA, Vanilda (org.). 2007. Juventude em conflito com a lei. Rio de Janeiro: Garamond.
ZALUAR, Alba. 2004. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio De Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
YOUNG, Jock. 2002. A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan.

DISCIPLINA OPTATIVA

AÇÃO, SUJEITO, INSTITUIÇÕES E MUDANÇAS SOCIAIS

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Discutir as principais correntes teóricas do pensamento sociológico e os principais autores que abordam a ação como elemento basilar das relações sociais, da formação dos atores, das instituições sociais, dos processos emancipatórios e de mudanças sociais.

Programa:

1. Funcionalismo e teoria da ação de Parsons: ação, sistema e valores; normas e integração social; instituição e papéis sociais; desvio, anomia e conflitos.
2. Habermas e a teoria do agir comunicativo: racionalidade e modernidade; ação, sujeito e consenso racional; reprodução da vida social e processos emancipatórios.
3. A ação, sujeito e estrutura na sociologia de Bourdieu: os conceitos de habitus, campo e ação prática.
4. Ação, sujeito coletivo e sujeito histórico na análise de Touraine: a análise do sujeito; valores e ação; sujeitos coletivos e mudanças sociais.
5. Identidade e experiência em François Dubet e Claude Dubar: experiência e suas lógicas elementares de ação (integração, estratégia e subjetivação); experiência e sistemas; experiência e constituição do sujeito; identidade social como articulação entre identidade individual e identidade coletiva; processo de desinstitucionalização.

Bibliografia:

- DUBAR, Claude. 2005. A socialização. construção das idéias sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes.
- DUBET, François. 1996. Sociologia da experiência. Lisboa, Instituto Piaget.
- DUBET, François. 2002. El declive de la institución. Buenos Aires: Editorial Edisa.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). 1999. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. 2008. O poder Simbólico. São Paulo: DIFEL.
- HABERMAS, Jürgen. 1987. Teoria da la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social. 2 vols. Madrid: Taurus.
- HABERMAS, Jürgen. 1989. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PARSONS, Talcott. 2010. A estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes.
- TORRAINE, Alain. 2002. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes.
- TORRAINE, Alain. 2003. Poderemos Viver Juntos? Petrópolis: Vozes.
- TORRAINE, Alain. 1972. Sociologie de l'action, Paris: Seuil.

DISCIPLINA OPTATIVA

ESTRATIFICAÇÃO, PODER E DESIGUALDADE

Carga horária 60hs/aula

Ementa:

Exposição e discussão do conhecimento de natureza sociológica, formado por teorias, conceitos, proposições e evidências empíricas, a respeito dos fatores macro, meso e micro sociais determinantes e concorrentes para a existência, persistência e mudança das desigualdades de poder social, bem-estar material, recompensas, oportunidades e reconhecimento social entre indivíduos e grupos na sociedade atual.

Programa:

1. Menu conceitual: classes, estratos, divisões, status, categorias sociais.
2. Abordagens e teorias sociológicas da desigualdade.
3. Investigação empírica: padrões, variações e novas tendências.
4. Ideologia, hegemonia, poder simbólico e legitimação da desigualdade.
5. Desigualdade, mercado e estado no capitalismo.
6. Desigualdade na sociedade brasileira contemporânea.

Bibliografia:

- AGUIAR, Neuma (org.). 2007. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BOUDON, Raymond (org.). 1995. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CROMPTON, Rosemay. 2008. Class and Stratification. 3. ed. Cambridge, Polity.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2002. Estrutura de posições de classe no Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ.
- GIDDENS, Anthony. 2005. Sociologia. São Paulo: Artmed.
- HIRANO, Sedi. 2002. Castas, estamentos e classes sociais. 3. ed. revista. Editora da Unicamp, Campinas.
- MARX, Karl. 1974 [1849]. Trabalho assalariado e capital. Lisboa: Edições Avante.
- MEDEIROS, Marcelo. 2005. O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec.
- RIBEIRO, Carlos. A. Costa. 2007. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, EDUSC.
- HASENBAG, Carlos; SILVA, Nelson Valle. 2004. Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks.
- PAYNE, Geoff (ed.). 2006. Social divisions. 2a ed. Palgrave Macmillan.
- PRZEWORSKY, Adam. 1995. Estado e Economia no Capitalismo. São Paulo: Remule Dumará.
- SCALON, Celi; FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2010. Desigualdades, classes e estratificação, in H. H. TEIXEIRA DE SOUZA MARTINS. Horizontes das Ciências Sociais (Sociologia). São Paulo: ANPOCS.
- SEN, Amartya. 2001. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record.
- SOUZA, Jessé (ed.). 2009. A ralé brasileira: quem é e como vive. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- TILLY, C. 2006. O acesso desigual ao conhecimento científico. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2.
- WEBER, Max. Classe, Status e Partido. Diversas edições.

DISCIPLINA OPTATIVA

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga horária 60hs/aula

Pré-requisito: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Ementa:

Refletir sobre a Educação como fenômeno sociológico, a partir de eixos transversais: as tradições sociológicas e sua leitura da Educação, os papéis sociais da Escola e as matrizes para análise histórica da Educação como objeto da pesquisa social. A Educação no contexto da Estrutura de Classes investiga o papel da escola nos processos de estratificação, reprodução e mobilidade social. Segue-se a análise sociológica do fracasso escolar, o papel político da escola e sua relação com o Estado. Os determinantes endógenos e exógenos do processo de escolarização são analisados em conexão com os processos culturais e os processos educativos extra-classe. Sociologia da Educação no Brasil.

Programa:

1. Introdução: educação como objeto sociológico: educação nas tradições sociológicas: Durkheim, Weber, Marx e o marxismo (Gramsci); a educação no liberalismo: A. Marshall (economia) e TH Marshall (política); algumas interpretações do papel social da educação no século XX: Dewey, Bourdieu, Boudon, Giddens.
2. Socialização e aprendizagens sociais: os processos de socialização primária e secundária; capital social, civismo e cidadania:
3. Classes Sociais e educação: estratificação, desigualdades e equalização social; economia material x posicional e credencialismo; mobilidade social: fluidez, fechamento e efeitos de trajetória.
4. Economia e educação: teoria do capital humano e seus contrapontos; produtividade e “proletarização”; economia do conhecimento, inovação e empreendedorismo.
5. Estado, política e educação: a escola como espaço de poder; gestão escolar e a relação entre estado e escola; sistemas de ensino: diferentes modelos (tracking) e realização social; os profissionais de educação; movimentos sociais e educação.
6. Cultura, pluralidade e educação: currículo como produção social; pedagogias visíveis e invisíveis e violência simbólica; habitus, pedagogia da repetência e profecia auto-realizadora; pós modernidade e educação.
7. Sociologia da educação no Brasil: escola tradicional e a escola nova; reformas educacionais e a lenta democratização do acesso; os desafios de rendimento (fluxo), desempenho (qualidade) e equidade.

Bibliografia:

- PETITAT, André. 1994. Produção de escola / produção de sociedade. análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre, Artes Médicas.
- FORQUIN, Jean Claude. 1995. Sociologia da educação: 10 anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, Anthony. 2009. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DURKHEIM, Emile. 2007. Educação e Sociologia. Lisboa, Edições 70.
- GRAMSCI, Antonio. 1982. Os intelectuais e a organização da cultura. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. 2000. “Tendências da desigualdade educacional no Brasil”. Dados, v. 43, n. 3, p. 423-445.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. 2002. “Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil”. Texto para Discussão n. 857. Rio de Janeiro: IPEA.
- BOUDON, Raymond. 1981. A desigualdade de oportunidades. Brasília: Ed. UNB.
- HIRSCH, Fred. 1979. Limites sociais do crescimento. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARSHALL, Alfred. 1996. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, , vol. 1.
- VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos A. 2002. “Recursos familiares e transições educacionais”. Cadernos de Saúde Pública, n. 18, p. 67-76.



- NOGUEIRA, Maria Alice. 1991. "Trajetórias Escolares, Estratégias Culturais e Classes Sociais". Teoria e Educação, n. 3.
- VALLE SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos A. (orgs.). 2003. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, Topbooks.
- APPLE, Michael W. 1989. Educação e Poder. Porto Alegre: Artes Médicas.
- CUNHA, Luiz Antônio. 2001. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Cortez.
- GOHN, Maria da Glória. 1999. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org). 1995. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 1. ed. Petrópolis: Vozes.
- TEIXEIRA, Anísio. 1994. Educação não é privilégio. 5a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. 1991. A pedagogia da repetência. Estudos Avançados, v. 5, n. 12.
- FREIRE, Paulo. 1987. Pedagogia do oprimido. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DISCIPLINA OPTATIVA

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE BRASILEIRA

Carga horária 60hs/aula

Ementa:

O objetivo é discutir os principais modelos produzidos pela reflexão sociológica sobre o Brasil (século XX), discriminando temas e obras relevantes, bem como os suportes metodológicos mobilizados pelos autores escolhidos. Evitando o tratamento canônico de obras e autores que compõem a produção sociológica no Brasil, é essencial o estudo criterioso das condições que presidiram a construção do conhecimento sociológico, reconhecendo como dimensões fundamentais que deverão ser exploradas: a caracterização da produção dos autodidatas e dos professores universitários, o acompanhamento das trajetórias regionais (MG, RJ, SP etc), o desenvolvimento da indústria editorial e a construção das políticas culturais produzidas a partir do Estado.

Programa:

1. Autodidatismo, impressionismo e ecletismo na interpretação do fenômeno brasileiro: os recursos teóricos, o estágio da pesquisa e a forma ensaística; intelectuais e política; Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda.
2. As ciências sociais entre a Universidade e a produção teórica “militante”: as mudanças no campo sociológico: pesquisa, escrita e leituras; ciência e política: opções excludentes?; USP, IBESP e ISEB; Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Raimundo Faoro.
3. Novas interpretações sobre a dinâmica do capitalismo brasileiro: as mudanças no campo sociológico: a profissionalização e a internacionalização dos cientistas sociais brasileiros, mudanças no padrão de financiamento da produção intelectual; o impacto das ciências sociais norte-americanas e dos novos autores marxistas na produção dos cientistas sociais brasileiros; a nova geografia da produção intelectual: CEBRAP, IUPERJ, UNICAMP, UFMG, USP; a esfera da política: Wanderley G. dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Francisco Weffort, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes.
4. Interpretações sobre o Brasil no novo século.

Bibliografia:

- AMADO, Gilberto. 1947. A chave de Salomão e outros escritos. Rio de Janeiro: José Olympio.
- AMARAL, Azevedo. 1930. Ensaios brasileiros. Rio de Janeiro: Omena e Barreto.
- AZEVEDO, Fernando de. 1943. A cultura brasileira. Rio de Janeiro: Nacional.
- BASTOS, Tocary Assis. 1965. O positivismo e a realidade brasileira. Belo Horizonte: UFMG.
- BOMFIM, Manoel. 1935. O Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BOMFIM, Manoel. 1931. O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. 2 vols. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 1964. Empresário industrial e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel.
- FERNANDES, Florestan. 1963. A sociologia numa era de revolução nacional. São Paulo: Editora Nacional.
- FERNANDES, Florestan. 1975. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan. 1980. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, Florestan. 1980. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. 4ª ed. São Paulo: T. A. Queirós.
- FRANCO, M. S. de Carvalho. 1969. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: USP.
- HOLANDA, SÉRGIO B. de. 1981. Raízes do Brasil. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- IANNI, Octávio. 1975. O colapso do populismo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LAMOUNIER, Bolívar. 1977. Formação de um pensamento autoritário na primeira República: uma interpretação, in FAUSTO, B. (org.). O Brasil republicano. São Paulo: Difel, v. II.
- LAVALLE, Adrián Gurza. 2004. Vida pública e identidade nacional. São Paulo: Globo.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. 1967. Crise do Brasil arcaico. São Paulo: Difel.

- MICELLI, Sérgio (org.). 1999. O que ler na ciência social brasileira. 2ª ed. São Paulo: Sumaré/Anpocs.
- MICELLI, Sérgio (org.). 1995. História das ciências sociais no Brasil. 2 vols. São Paulo: IDESP/Vértice.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1965. A redução sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1995. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1978. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1988. Paradoxos do liberalismo. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). 1979. O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo. Brasília: UNB.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). 1982. Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- SODRÉ, N. W. 1962. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SORJ, Bernardo. 2001. A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SORJ, Bernardo. 2000. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SOUZA, Jessé de.(org.). 1999. O malandro e o protestante. Brasília: UNB.
- TORRES, Alberto. 1982. O problema nacional brasileiro. 4ª ed. Brasília: UNB.
- WEFFORT, Francisco. 1978. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WEFFORT, Francisco. 1984. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense.
- WEFFORT, Francisco. 1992. Qual democracia? São Paulo: Cia. das Letras.

DISCIPLINA OPTATIVA

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso é de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria sociológica e em análise sociológica, bem como temas aplicados conforme a proposta do professor.

Programa:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

Bibliografia:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SEGUNDO CICLO POLÍTICA

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso trata dos grandes debates, de fins do século XX ao início do XXI, que impactaram o pensamento político. Ao lado do ressurgimento da teoria democrática, como o tópico central, temos as questões da sociedade da informação, das novas redes da sociedade civil, das insurgências de movimentos sociais no cenário político, ao mesmo tempo em que tópicos clássicos. Assim, o curso explora temáticas no horizonte temporal em que vivemos, com base em bibliografias recentes, tanto quanto as principais correntes de pensamento político do qual são tributárias, assim o socialismo e o liberalismo como pólos de uma dialética contemporânea.

Programa:

1. As heranças marxista e weberiana
2. A social-democracia
3. A derrocada do socialismo e a nova dominância do liberalismo
4. As teorias da democracia e suas derivações recentes: comunitarismo, reconhecimento e multiculturalismo.
5. Novos movimentos sociais e insurgências na democracia
6. Novas configurações do Estado e do sistema político no contexto atual
7. Sociedade da informação, internet, redes sociais e o problema da organização política
8. A representação política em suas novas possibilidades.

Bibliografia:

- HABERMAS, J. Direito e Democracia. 2 Vols. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2003.
RAWLS, J. Uma teoria da justiça. Martins Fontes, São Paulo, 2008
LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. Ed. Centauro, São Paulo, 2011
Geral:
SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
ARENDETT, Hannah. As Origens do Totalitarismo. Companhia das Letras.
TROTSKY, L. A teoria da Revolução permanente. Ed. Sundermann, São Paulo, 2011
GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. 6 Vols. Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, 2000
WEBER, M. A Política como vocação. Ed. UnB, Brasília, 2003
WEBER, M. Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada. Ed. Vozes, Petrópolis, 1993
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
GIDDENS, Antony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.
FERNANDES, L. Enigma do Socialismo Real. Editora Mauad, Rio de Janeiro, 2000.
TOURAINÉ, Alain. O Pós Socialismo. São Paulo: Brasiliense, 2010.
POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. Martins Fontes, São Paulo, 1986
POULANTZAS, N. O Estado em Crise. Graal, São Paulo, 1977.
DAHL, R. Poliarquia. Participação e oposição. São Paulo, Edusp, 1997 (1972).
BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 2010. O FUTURO DA DEMOCRACIA
GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

- MARCUSE, Herbert. Tecnologia, Guerra e Fascismo. EdUNESP.
- O' DONNELL, Guillermo. Contrapontos Autoritarismo e Democratização. São Paulo: Vértice, 1986.
- MOORE, Barrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Martins Fontes.
- RAWLS, John. O Liberalismo Político. São paulo: Martins Fontes, 2011. REIS, F. Wanderley. Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira. EDUSP, Sao Paulo, 2000.
- WRIGHT, E. Olin. Classe, Crise e O Estado. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- HABERMAS, J. Direito e democracia, entre faticidade e validade. vol. I e II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.
- PRZEWORSKI, A. Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- PRZEWORSKI, A. Democracia e Mercado. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2001-b.
- EISENBERG, José e CEPIK, Marco. Internet e Política. Ed. da UFMG.
- RAPPOPORT, Anatol. Lutas, Jogos e Debates. Ed. da UnB.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO II

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O objetivo deste curso é aprofundar um conjunto de tópicos correntes nas interpretações do caso brasileiro, e mostrar as diversas possibilidades pelas quais os autores clássicos e outros podem ser compreendidos. O curso corresponde a um desdobramento da disciplina sob o mesmo título, oferecida no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Trata-se agora de mostrar as possibilidades de leitura do Brasil a partir de teorias que pensam a nossa sociedade, quer através de uma chave histórica quer de uma chave analítica. O curso deve proporcionar aos alunos uma experiência analítica sobre o Brasil, de modo a incorporar a hermenêutica de nossa fortuna crítica em teoria política e social.

Programa:

1. As possibilidades interpretativas da teoria clássicas sobre o Brasil: leituras culturalistas; leituras marxistas; leituras weberianas
2. O estado da arte do debate sobre o Brasil: a bibliografia recente e sobre a teoria política
3. Análise de conjuntura: exercícios práticos de análise de conjuntura, mobilizando o aparato conceitual discutido na parte teórica.

Bibliografia:

CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922/1938 in *Corpo e Alma do Brasil*. Editora DIFEL, São Paulo, 1975.

FASUTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1992.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: "O Município e o Regime Representativo no Brasil"*. Editora Alfa- Omega, São Paulo, 1986

SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Ed. CAMPUS, Rio de Janeiro, 1988.

VIANNA, L. J. W. . *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (4a. ed. revista pelo autor). 4a.. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. v. 01. 394 p

VIANNA, Oliveira F. J. *Instituições Políticas Brasileira*. Senado, Brasília, 1999.

Geral:

AZEVEDO, Sérgio e MELO, Marcus André. *A Política da Reforma Tributária: Federalismo e mudança Constitucional*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 12, nº 35, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.

CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli (org.). *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: IUPERJ/Editora Vértice, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

Cardoso, F. H.; Faletto, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. R. Janeiro: Zahar, 1982.

CARVALHO, Nanci Valadares (org.) *Trilogia do Terror, A Implantação: 1964*. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

DELGADO, Ignácio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. São Paulo: LTr, 2001.

DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio (org.) *Reformas do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília: UNB, 1997.

DINIZ, Eli. *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

EVANS, Peter. *O Estado como problema e como solução*. São Paulo, Lua Nova, nº 28/29, pp 107-156.

FIORI, José Luis, & TAVARES, Maria da Conceição. *Desajuste global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIORI, José Luis. *Em busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FIORI, José Luis. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil: do "Milagre à Abertura"*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

- LAFER, Celso. O Sistema Político Brasileiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- LIMA, Jr., Olavo Brasil & ABRANCHES, Sérgio Henrique (org.) As Origens da Crise do Estado Autoritário e Planejamento no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Editora Vértice, 1987.
- Maré – Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, Plano diretor da Reforma do Estado (on line) Brasília, <http://www.planejamento.gov.br>.
- MARTINS, Luciano. Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: uma visão geral. Brasília: Cadernos ENAP, n° 8.
- O'DONNELL, Guillermo. Contraponto: Autoritarismo e Democratização. São Paulo: Editora Vértice, 1986.
- REZENDE, Fernando. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: Lima Jr., Olavo Brasil de & Abranches, Sérgio Henrique (coord.) As Origens da Crise: Estado autoritário e planejamento no Brasil São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.
- SALLUM JR., Basílio & Kugelmas, Eduardo. O Leviatã acorrentado: a crise brasileira dos anos 80. In: Sola, Lourdes (org.) Estado, Mercado e Democracia. São Paulo: Paz e Terra, pp 280-290, 1993.
- SALOMÃO, Luiz Alfredo. Sobre a Reforma do Estado no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos n° 93, 1996.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. São Paulo: Editora Vértice, 1986.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. A Pós—Revolução Brasileira. In: Jaguaribe, Hélio et. alli. (org.) Sociedade Democrática. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. Razões da Desordem. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.
- SKDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
- SOUZA, Celina & Carvalho, Inaiá M. Reforma do Estado, descentralização e Desigualdades. São Paulo: Lua Nova, Cedec, n° 48, 1999.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

A disciplina propõe um conjunto de temas que possa servir aos fundamentos básicos para o estudo das políticas públicas, observando a relevância do tema, a diversidade teórico conceitual e abordando temas como o papel do Estado, a constituição de bem estar e políticas sociais, a questão dos atores e suas arenas e o cotidiano destas políticas, da constituição de uma agenda pública, sua elaboração, decisão, implementação e avaliação.

Objetivos:

Compreender a diversidade conceitual do campo das políticas públicas
Introduzir as principais teorias referentes ao tema
Debater aspectos conceituais das variadas categorias inerentes ao campo

Programa:

1. O problema conceitual sobre políticas públicas
2. Estado, governo, mercado, bem estar
3. Algumas teorias sobre o campo – institucionalismo, pluralismo, corporativismo, economia do bem estar, liberismo, teoria dos jogos, incrementalismo, redes
4. O mundo das políticas: arenas, atores e seus correlatos
5. O “ciclo” das políticas – da agenda à avaliação
6. O Brasil como campo de estudo: o caso da saúde e da previdência

Bibliografia:

- HOCHMAN, Gilberto et alii. 2007. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- ABRANCHES, S., SANTOS, Wanderley G.; COIMBRA, Marcos. 1987. Política Social e Combate a Pobreza
- SANTOS, Wanderley Guilherme. 1987. Cidadania e Justiça. 2a ed. Rio de Janeiro, Campus
- Geral:
- ARRETCHE, Marta. 1995. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. In: Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB), nº 39, 1º semestre, p. 3-40.
- ARRETCHE, Martha. 1998. Tendências nos Estudos Sobre Avaliação. In: RICO, Elisabeth Melo. Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez.
- CONDÉ, Eduardo. 2009. Laços na Diversidade – A Eurpa Social em Movimento (1992-2002). Juiz de Fora, Edufjf.
- DRAIBE, Sônia. 1998. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. In: Caderno de pesquisa n. 32 – NEPP. Campinas: NEPP/UNICAMP.
- DRAIBE, Sônia. 2001. Avaliação de Implementação: Esboço de uma Metodologia de Trabalho em Políticas Públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília & CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de.. Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais. São Paulo: IEE – PUC.
- KINGDON, John. 1995. Agendas, alternatives and public policies. 2.ed. New York: Addison,Wesley, Longman.
- MARSHALL, T.H. 1967. Cidadania, Classe Social e Status, Rio de Janeiro, Zahar.
- MEDEIROS, Marcelo. 2001. A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 30 aos anos 90. In: Texto para discussão n. 852. Brasília, IPEA.
- SANTOS, Wanderley G. 1985. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

METODOLOGIA APLICADA À CIÊNCIA POLÍTICA

Carga horária: 60 horas/aula + 30 horas de prática

Ementa:

A ciência política, enquanto uma atividade investigativa e interpretativa da realidade, demanda uma reflexão sobre as estratégias metodológicas que produzem as suas interpretações teóricas e aplicadas. O curso deve focalizar a construção dos conceitos da Ciência Política e as formas de elaboração dos dados que o analista utiliza em suas interpretações. A metodologia subjacente em estudos de caso, em estudos comparativos ou mesmo em proposições formais permite compreender o uso do método comparativo ou as formalizações e suas possibilidades computacionais. O curso dispensará atenção a análise de pesquisas recentes, discutidas em termos dos seus procedimentos metodológicos.

Programa:

1. Estratégias metodológicas: estudo de caso; método comparativo; tipos ideais; formalizações
2. O mundo das pesquisas: surveys políticos; pesquisa qualitativa
3. Elaboração de uma pesquisa em ciência política

Bibliografia:

- ABRAMS, Philip (1980). "History, Sociology, Historical sociology". In: *Past and Present*, N. 87.
- AGUIAR, Neuma (1978). "Observação participante e survey: uma experiência de conjugação". In: Nunes, Edson (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro. Zahar.
- ALMEIDA, Alberto C. (2002). *Como São Feitas as Pesquisas Eleitorais e de Opinião*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ANASTASIA, F.; INÁCIO, M.; DÍAZ, A. M. E ROCHA, M. M. (2009). *Elites parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte: Argumentvm.
- ÁVILA FILHO, Paulo M., LIMA, Paulo Cesar G. S; JORGE, Vladimir L. (2011). "Produção legislativa e intermediação de interesses: uma análise das Indicações na Câmara Municipal do Rio de Janeiro". 35º Encontro Anual da Anpocs. GT 10 – Estudos Legislativos
- AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (Org.). (2003). *A inovação democrática no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Editora Cortez.
- BABBIE, Earl. (2005). *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BADIE, Bertrand e HERMET, Guy (1993). *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BARDIN, Lawrence. (1977) *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- BECKER, Howard S. (1994). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BOBBIO, Norberto. (2000). *Teoria Geral da Política*. Campus.
- BOUDON, Raymond (1999). *Os métodos em Sociologia*. São Paulo: Ática.
- BRANDÃO, Helena (2010). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp.
- CHEIBUB, José A., PRZEWORSKI, Adam e SAIEGH, Sebastian (2002). "Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas" in *Dados*, vo. 45, n.2, pp 187-218.
- CORTES, Soraya M. Vargas (1998). "Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados". In: *Cadernos de Sociologia*, UFRGS, Porto Alegre, Vol. 9.
- GATTI, Bernadet (2005). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Liber livro.
- GOMES, E. S. E BARBOSA, E. F. (1999). "A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos". Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - *Educativa*. 30 de Agosto de 2000.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994). *A Terceira Onda: a democratização no Final do Século XX*. São Paulo, Ática.
- KUSCHNIR, Karina. (2007). "Antropologia e política". *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.22, no.64, p.163-167

- KUSCHNIR, Karina. (1995). "Em troca do mandato: a relação entre vereadores e seus eleitores". *Comunicações PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 61-84, mar.
- LIJPHART, Arend. (2003). *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIJPHART, Arend. (1971) "Comparative politics and comparative method". *American Political Science Review*, LXV.
- LOPEZ, F. G. (2004). *As relações entre Executivo e Legislativo no Município de Araruama-RJ*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LUNDASEN, Susanne. (2002), "Podemos Confiar nas Medidas de Confiança?". *Opinião Pública*, vol. 8, nº 2, pp. 304-327.
- MAINWARING, Scott (1993). "Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil". *Lua Nova*, nº 23/24.
- MAINWARING, Scott (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Mercado Aberto/FGV.
- MOISES, José Álvaro e CARNEIRO, Gabriela Piquet.(2008). "Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil". *Opin. Publica* [online], vol.14, n.1, pp. 1-42 .
- MOISES, José Álvaro. (2010). "Os significados da democracia segundo os brasileiros". *Opin. Publica* [online], vol.16, n.2, pp. 269-309
- NICOLAU, Jairo. (2004). *Sistemas Eleitorais*. 5ª edição atualizada e revista. Rio de Janeiro: FGV.
- NORMAN K. Denzin; LINCOLN, Ivonna S. (2008). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. ArtMed Bookman.
- PEREIRA, Lígia Maria L. (1991). "Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial". In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: 6-3, set-dez.
- POWER, Timothy e ZUCCO, JR, César. (2011). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- POWER, Timothy J. e GONZÁLEZ, Júlio. (2003). "Cultura Política, Capital Social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 21, p. 51-69.
- PRZEWORSKI, Adam e TEUNE, Henry (1985). *The logic of comparative social inquiry*. Malabar: Robert E. Krieger.
- PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- QUEIROZ, Maria I. P. de (1988). "Relatos orais: do indizível ao dizível". In: Von Simson, Olga (org.). *Experimentos com histórias da vida*. São Paulo: Vértice.
- REIS, Fábio W. (1985). 'Análise Histórico-comparada: uma alternativa para o estudo do desenvolvimento?'. Porto Alegre: Instituto Goethe.
- RENNO, Lucio. (2011). "Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o barômetro das Américas". *Dados* [online]. vol.54, n.3, pp. 391-428 .
- RODRIGUES, A. R. (1988). "Pontuações sobre a investigação mediante grupos focais". Seminário COPEADI – Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional.
- RUIZ, Franz Victor. (1999). *Introdução ao Projeto de Pesquisa*. 25ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.
- SARTORI, Giovanni e MORLINO, Leonardo (1994). *La comparación em las ciencias sociales*. Madrid: Alianza.
- SELIGSON, Mitchell. e RENNÓ, Lucio. (2000). "Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional". *DADOS* [online], vol. 43, nº 4.
- SEWELL, Jr. William (1990). "Three temporalities: toward a sociology of the event". Mimeo.
- SIEBER, Sam S. (1973). "The integration of filedwork and survey methods" In: *American Journal of Sociology*, 78(6), maio
- SCOKPOL, Theda e SOMERS, Margaret (1980). "The uses of comparative history in macro-social inquiry". *Comparative Studies in Society and History*, 22(2).
- TILLY, Charles (1984). *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Sege Foundation.
- TRIOLA, Mario F. (1998). *Introdução à Estatística*. 7ª edição. Tradução de Alfredo Alves de Farias, Eliana Farias e Soares, PH.D; Vera Regina L. F. Flores M. Sc. Rio de Janeiro: LTC editora.
- VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia Maria Guedes. (2001). "A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político". *Opin. Publica* [online]. vol.7, n.1, pp. 1-15
- WEBER, M. (1992). *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1 e 2. São Paulo, Cortez.

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA INSTITUIÇÕES POLÍTICAS EM PERSPECTIVA COMPARADA

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso objetiva fornecer uma visão introdutória do estudo das instituições políticas, discutindo os diferentes entendimentos em torno do conceito de instituições, as diferentes versões do neo-institucionalismo (escolha racional, sociológico e histórico) e a forma como cada vertente aborda os problemas da origem, mudança e durabilidade das instituições políticas. Além disso, abordará estudos na área de política comparada que analisam o impacto de diferentes arranjos institucionais sobre o comportamento dos atores políticos e sobre atributos-chave da democracia como estabilidade/governabilidade, representatividade e responsabilização.

Programa

1. Instituições políticas, explicações para sua origem, mudança e durabilidade
2. Instituições políticas comparadas: efeitos dos diferentes arranjos institucionais sobre o comportamento e os resultados políticos
3. As microinstituições e os estudos legislativos

Bibliografia

ANASTASIA, F.; MELO, C. R. F.; e SANTOS, F. (2004). *Governabilidade e representação política na América do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP; Konrad Adenauer Stiftung.

CHEIBUB, José A., PRZEWORSKI, Adam e SAIEGH, Sebastian (2002). "Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas" in *Dados*, vo. 45, n.2, pp 187-218.

FIGUEIREDO, Argelina M. C; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, 231 p.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R. (2003). "As três versões do neo-institucionalismo". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 58, p. 193-224.

IMMERGUT, Ellen M. "As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia". Mimeo.

LIJPHART, Arend. (2003). *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. São Paulo, Civilização Brasileira. [1999]. XEROX

LIMONGI, F. "O Novo Institucionalismo e Os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente". *BIB - Boletim Informativo Bibliográfico*, n. 37, 1994, p. 3-38.

MARCH, James G. e OLSEN, Johan P. (2008). "Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política". *Revista de Sociologia e Política*, V. 16, N. 31, p. 121-142.

MARENCO, André. "Path dependency, instituciones políticas y reformas electorales em perspectiva comparada". *Rev. cienc. polít. (Santiago)* [online]. 2006, vol.26, n.2 [citado 2011-07-27], pp. 53-75

NICOLAU, Jairo. (2004). *Sistemas Eleitorais*. 5ª edição atualizada e revista. Rio de Janeiro: FGV.

PETERS, Guy. (2003). *El Nuevo Institucionalismo*. Teoriainstitucional En Ciencia Política. Gedisa.

PIERSON, Paul & SKOCPOL, Theda. (2008). "El Institucionalismo Histórico em la Ciencia Política Contemporánea". *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Vol. 17 N°1 - ICP – Montevideo.

POLSBY, Nelson. (2008). "A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos". *Rev. Sociol. Polit.*, vol.16, no.30, p.221-251

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.

SKOCPOL, Theda. (1985). *Estados e Revoluções Sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa, Editorial Presença.

TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp. 1998.

TSEBELIS, George. "Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo". *RBCS*, vol. 12, no. 34, p.89-118, 1997.

DISCIPLINA OPTATIVA

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.

Programa:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

Bibliografia:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

DISCIPLINA OPTATIVA

PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Temas que ofereçam a possibilidade de uma discussão das condições macro-teóricas da análise política, a exemplo dos processos trans-nacionais e de globalização. Blocos econômicos, política internacional e a estratégia brasileira. Temas ligados aos problemas de sustentabilidade da economia e o modo de vida originado na modernidade, direcionado ao consumo e à acumulação. Problemas estruturais do capitalismo e dos Estados, simultaneamente como objetos empíricos de análise e conceitos analíticos de uma teoria crítica das relações internacionais. Os temas do local versus global, a depreciação dos controles domésticos face aos fluxos políticos e econômicos internacionais.

Programa:

1. Globalização
2. Economia e guerra entre as nações
3. Blocos econômicos e sociedades mundiais
4. Os dilemas do nacional (local) frente ao global
5. O capitalismo de hoje e seus críticos dentro e fora do liberalismo e do marxismo.
6. Crise econômica mundial e crise ambiental: o retorno ao estado de natureza.
7. Prospecções e estudos exemplares (pesquisas recentes e relevantes sobre o tema)

Bibliografia:

ARON, R. Paz e Guerra entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KANT, I. A paz perpétua. L&PM, Porto Alegre, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos. Rj, Revan, 2002.

Geral:

ALBERTI, Raquel Lorensini. Estado x Mercado e o Tipo de Definição da Ordem Global. Disponível na Internet em www.angelfire.com/sk/holgonsi, Maio- 2003

AMBROSE, Stephen. O Dia D – 6 de junho de 1944 – A Batalha Culminante da Segunda Grande Guerra. Civilização Brasileira.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. 3.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

Baran, P; Sweezy, P. Capitalismo monopolista. R. Janeiro: Zahar, 1966.

BAUMAN, Zygmunt. La globalización: consecuencias humanas. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.

BECK, Ulrich. O que é globalização? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

BLACKBURN, Robin. (org.) Depois da queda. O fracasso do Comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

BOBBITT, Philip. A Guerra e a Paz na História Moderna. Campus.

BRAGA, Sérgio; MIRANDA, Luiz C. de (Orgs.). Comercio e meio ambiente:

BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília, UNB, 2002.

CASTELLS, Manoel. O poder da Identidade. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2001

CERVO, Amado Luiz. & BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UNB, 2002

CHESNAI, François. A Mundialização do Capital. Ed. Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHURCHILL, Winston S. Memórias da Segunda Guerra Mundial. Nova Fronteira.

CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. Ed. da UnB.

DROZ, Bernard & ROWLEY, Anthony. História do Século XX. Lisboa, Dom Quixote, 1988. 4 V.

EHRENREICH, Bárbara. Ritos de Sangue – Um Estudo sobre as Origens de Guerra. Record.

- escolhidas. V. 1. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. Studio Nobel.
- FEATHERSTONE, Mike. Cultura Global. Vozes.
- FRIEDEN, Jeffry A. & MANHEIMER, Vivian. Capitalismo Global: Historia Economica E Politica Do Seculo XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 572p.
- GADDIS, John Lewis. História da Guerra Fria. Nova Fronteira.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo, UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. O Estado-Nação e a Violência. EdUSP.
- GOLDBLATT, David. Teoria social e ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1998
- GÓMES, José Maria. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis, Vozes, 2000.
- GONÇALVES, Williams. Relações internacionais. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002
- GrandedoSul:UFRGS,1998
- GROTIUS, Hugo. O Direito da Guerra e da Paz – vols. 1 e 2. Ed. da UNIJUI.
- HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. São Paulo, Littera Mundi, 2001.
- HELD, David & MCGREW, Anthony. Prós e Contras Da Globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 108p.
- HOBBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HONNETH, Axel. “Teoria Crítica” in: GIDDENS e TURNER. Teoria Social Hoje. EdUNESP.
- HUNTINGTON, Samuel. Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, s.d
- IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.
- JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: Teorias E Abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 448p.
- JOHNSON, Steven. Cultura da Interface. Jorge Zahar.
- KEEGAN, John. Inteligência na Guerra. Companhia das Letras.
- KISSINGER, Henry. Diplomacia. Ed. da Faculdade da Cidade (UniverCidade).
- KRUGMAN, Paul. Economia Internacional – Teoria e Política. Pearson.
- KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Paz e Terra.
- KURZ, Robert. Os Últimos Combates. Vozes.
- LANDES, David. A Riqueza e a Pobreza das Nações. Campus.
- LE PRESTRE, Pierre. Ecológica internacional. São Paulo: Editora do SENAC, 2000.
- Lênin , V. I. U. Imperialismo a face superior do capitalismo. In: Obras
- LENS, Sidney. A Fabricação do Império Americano – Da Revolução ao Vietnã. Civilização Brasileira.
- Magdoff, H. A era do imperialismo. S. Paulo: Hucitec, 1969.
- MARTIN, Hans-Peter. SHUMANN, Harald. A armadilha de Globalização. São Paulo. Ed. Globo, 1999
- MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. Ed. da UnB/IPRI/Imprensa Oficial do estado de São Paulo.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. Império. Record.
- NOGUEIRA, João P. & MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. Paulo, 2002
- RESENDE, Paulo-Edgar et alli. Desafios da globalização. 2.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.
- SADER, Emir (org.). A Guerra Infinita – Hegemonia e Terror Mundial. Vozes.
- SADER, Emir. O mundo depois da queda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as Novas Tecnologias. Ed. 34.
- TOYNBEE, A.J. Estudos de História Contemporânea. Ed. da UnB.
- uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA/SDS, 2002
- VIDAL, Gore. Sonhando a Guerra. Nova Fronteira.
- VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. Rio
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Os dez anos que abalaram o século 20: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre, Novo Século, 1999.
- Wallerstein, I. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo. Petrópolis, Vozes, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. São Paulo, Contraponto, 2004.
- WALTZ, Kenneth. O Homem, o Estado e a Guerra. Martins Fontes.



WALZER, Michael. Guerras Justas e Injustas. Martins Fontes.

WIGHT, M. A Política do Poder. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.



DISCIPLINA OPTATIVA

TEORIA POLÍTICA GREGA E MEDIEVAL

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

O curso objetiva fornecer uma visão introdutória do pensamento político clássico, desde suas origens na *Polis* grega, analisando seus desdobramentos nos contextos históricos imediatamente posteriores, ou seja, o advento da noção de *Estado Imperial* em Roma, seguida de sua substituição pelas monarquias cristãs medievais. Ao discutir as interrelações entre Igreja e Estado, deverão ficar evidenciados, a partir idade média até o renascimento, as questões que irão continuamente criar um caráter próprio para a ciência política, independentemente de qualquer filosofia moral e religiosa. Além de trabalhar os conceitos dentro do quadro social de sua produção, o curso deve estabelecer pontes entre as proposições da teoria política clássica e suas apropriações mais modernas e contemporâneas.

Programa:

1. O pensamento grego
 - a- Da filosofia da natureza à filosofia social
 - b- A noção de *Polis* e a democracia grega
 - c- Platão e a noção de sociedade justa
 - c.1 O conhecimento como guia da política
 - c.2 A justiça e a especialização das funções sociais
 - c.3 A corrupção das formas históricas de governo
 - d- Aristóteles e o estabelecimento da ciência política
 - d.1 A análise da composição social da *Polis*
 - d.2 A teoria das formas de governo
 - d.3 A política como realização de um fim ético
2. Roma
 - a- A decadência da *Polis* e o advento do Estado-Império
 - b- as noções de autoridade e de *res-pública*
 - c- a concepção do estado burocrático romano
 - d- o advento do cristianismo e a decadência do império.
3. O pensamento político medieval
 - a- A *Cidade dos Homens* e a *Cidade de Deus*
 - b- A autoridade do rei versus a autoridade do papa
 - c- O tomismo e o neo-tomismo na política

Bibliografia

- ARISTÓTELES. Política, in Obras. Madrid, Aguilar, 1982.
- _____. Dos argumentos sofísticos, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978.
- _____. Ética nicomaquea, in Obras. Madrid, Aguilar, 1982.
- _____. Tópicos, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978.
- BARBOZA, Rubem Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na formação americana Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.
- BARKER, Ernest. Teoria política grega. Brasília, UNB, 1978.
- BARROW, R. H. Los Romanos. México DF, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BIGNOTTO, Newton. O Tirano e a Cidade. São Paulo, Discurso Editorial, 1998.
- _____. Maquiavel Republicano, São Paulo, Edições Loyola, 1991.
- BOBBIO, Norberto et alli. Dicionário de Política, Brasília, UNB, 1986.
- _____. A teoria das formas de governo. Brasília, UNB, 1980.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia, volume 1, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- COULANGES, Fustel. A cidade antiga. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

- DAHRENDORF, Ralf. Em Louvor de Trasímaco. in: Ensaios para a Teoria da Sociedade, Rio de Janeiro, Zahar, 1980. Trad. Regina Lúcia M. Morel.
- DANTE. Da Monarquia, Os Pensadores, São Paulo, Abril, 1979.
- DÜRING, Ingemar. Aristóteles. México D. F., Universidad Nacional Autónoma de México, 1990.
- GUTHRIE, W. C. Os Sofistas, São Paulo, Paulus, 1995.
- JAEGER, Werner. Paideia. Fondo de Cultura Económica, México DF, 1991.
- LUTERO, Martinho: Sobre a autoridade ecular, São Paulo, Martins Fontes, 1995
- MAGALHÃES, Raul F. Tempo e conflito, um esboço das relações entre as cronosofias de Maquiavel e Aristóteles, in Antropolítica, n. 4. Niterói, UFF, 1998.
- MAQUIAVEL, N. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília, UNB.
- _____. A Arte da Guerra, trad. Cel. Renato B Nunes, Rio de Janeiro, Editorial Peixoto, 1944.
- _____. O Príncipe, Trad. Roberto Grassi, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Os limites da Helenização, Rio de Janeiro, Zahar, 1991.
- PLATÃO. A república. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- _____. La Leyes. Madrid, Aguilar, 1981. Trad. Francisco de P. Samaranch.
- _____. Górgias, o de la retorica, in Obras completas. Madrid, Aguilar, 1981.
- Pré-Socráticos. Os pensadores, São Paulo, Abril, 1978.
- ROHDEN, Luiz. O poder da linguagem, a Arte Retórica de Aristóteles. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.
- ROMERO, José Luis. la Edad Média, México DF, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- SANTO AGOSTINHO. A cidade de Deus. Petrópolis, Vozes, 1990.
- SKINNER, Quentin. Maquiavel, pensamento político. São Paulo, Brasiliense, 1988, Trad. Maria Lúcia Montes.
- SKINNER, Quentin: As Fundações do pensamento político moderno, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, trad. Renato J. Ribeiro e Laura T. Motta.
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, trad. Irene & Tamás Smzrecsanyi, Brasília, UNB, 1981.
- WECKMANN, Luis: El Pensamiento político medieval y los Orígenes del derecho Internacional, México DF, Fondo de Cultura Económica, 1993.

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SEGUNDO CICLO
INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LICENCIATURA
(Prática oferecida pelo Departamento de Ciências Sociais)

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

INSTRUMENTOS PARA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Carga horária 60 horas/aula + 160 horas de prática pedagógica

Ementa:

Esta disciplina tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da formação do estudante de Ciências Sociais, tendo em vista a docência de Sociologia na educação básica. Conhecimento da história do ensino de Sociologia no Brasil. Significado do ensino de Sociologia para a educação básica. Temas a serem abordados pela Sociologia no ensino médio. Desenvolvimento de técnicas e recursos de trabalho com a Sociologia no ensino médio, por meio de oficinas e outras atividades conexas.

Programa:

1. Ensino de Sociologia – história da disciplina na educação básica no Brasil;
2. Temas e sua abordagem na educação básica.
3. Técnicas e recursos para o ensino de Sociologia
4. A construção de um programa para a Sociologia no ensino médio
5. Recursos e temas – experiências de ensino
6. Oficinas: programas, recursos e técnicas de ensino

Bibliografia:

- ARTHUR RIOS, Jose. Contribuição para uma Didática da Sociologia. In: Sociologia – Revista Didática e Científica. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política da USP, vol.XI, n.o. 3, p. 309-316, setembro de 1949
- BOMENY, H. ; FREIRE-MEDEIROS, B. ; EMERIQUE, R. B. ; O'DONNELL, J. . Tempos modernos, Tempos de Sociologia. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2010. v. 1. 280 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3)
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org). Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2004. 392p.
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org). Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2004. 392p.
- COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Editora Moderna, 2005.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO. UFRJ. <http://www.labes.fe.ufrj.br/programas.php>.
- HANDFAS, A. (Org.) ; Oliveira, Luiz Fernandes (Org.) . A Sociologia vai à Escola: história, ensino e docência. 01. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. v. 1. 287 p.
- HANDFAS, A. . A Formação do Professor de Sociologia. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. (Org.). A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência. 01 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, v. 01, p. 1-287.
- HANDFAS, A. ; MAÇAIRA, Julia Polessa; TEIXEIRA, R. C. . Formação do Professor de Sociologia: concepções e práticas. In: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Belo Horizonte. XV ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010.
- HANDFAS, A. . A construção dos saberes escolares e o ensino das Ciências Sociais. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005. v. 1. p. 171-171.
- MORAES, Amaury César. Sociologia : ensino médio. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, 304 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 15)
- OLIVEIRA, Pérsio Santos de. Introdução à Sociologia: Série Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2008.

